

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG JOSÉ CARLOS CAVALCANTI SALES

A EXPANSÃO CHINESA NA ÁFRICA E OS CONFLITOS DE INTERESSES
COM O BRASIL NA COSTA OESTE AFRICANA

Rio de Janeiro

2017

CMG JOSÉ CARLOS CAVALCANTI SALES

A EXPANSÃO CHINESA NA ÁFRICA E OS CONFLITOS DE INTERESSES
COM O BRASIL NA COSTA OESTE AFRICANA

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (Ref) José Augusto Abreu de
Moura

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2017

*Existe um provérbio africano que diz:
“Se queres ir rápido, vá sozinho. Se queres ir longe,
vá acompanhado.”*

(autor desconhecido)

*Existe um provérbio chinês que diz:
“Se você não mudar a direção, terminará
exatamente onde partiu.”*

(autor desconhecido)

*Ter tido a oportunidade de estudar e aprender mais
sobre essas culturas tão distintas foi uma
experiência enriquecedora e gratificante.*

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Sandra e à minha filha Bianca, agradeço pelo amor, carinho e compreensão, incentivando e iluminando os meus passos nessa jornada.

Aos meus amados pais, José Carlos e Zilma, pelos exemplos de correção, força de vontade e pelo apoio ao longo de minha vida.

Ao Capitão de Mar e Guerra (Ref) José Augusto Abreu de Moura, pela orientação e confiança ao longo da elaboração deste trabalho.

À Escola de Guerra Naval, pelos ensinamentos transmitidos no Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2017, que são de grande importância para o meu aprimoramento e incentivo profissional.

RESUMO

A China é uma das civilizações mais antigas do mundo, com uma história milenar que moldou a sua cultura. Essa civilização viveu, por um período de tempo considerável, de maneira relativamente isolada e com uma visão sinocêntrica, atribuindo a si própria o termo de Império do Meio. A partir de 1949, com a Revolução Chinesa, ela rompeu com as tradições dinásticas e formou um dos maiores países comunistas do mundo. Com as reformas e a abertura em sua economia, implementadas a partir de 1978, a RPC experimentou um crescimento econômico sem precedente histórico, tornando-se, assim, a maior economia do planeta pelo critério do PIB, em termos de paridade do poder de compra. Para manter seu crescimento econômico, a China precisa assegurar o acesso aos recursos naturais, principalmente o petróleo, e por isso tem expandido sua presença pelo mundo, em particular no continente africano. Conforme sua Política de Defesa Nacional, o Brasil atribui prioridade aos países da costa ocidental africana, pertencentes ao seu entorno estratégico, pois também possui interesses geopolíticos e econômicos na região. A tese pretende responder se a expansão da China na África tem prejudicado os interesses brasileiros na costa oeste africana, por meio da identificação e análise dos conflitos de interesses, e propor ações para assegurar os interesses do Brasil e da Marinha do Brasil na região, a despeito do aumento da presença chinesa no continente africano. O trabalho aborda um tema de grande atualidade e relevância, pois trata, por um lado, da impressionante ascensão da economia da China, e por outro, lida com uma região de importância estratégica para o Brasil.

Palavras-chave: China, África Ocidental, Brasil, Geopolítica, Política Externa.

ABSTRACT

China is one of the most ancient civilizations in the world, having a millennial history that has shaped its culture; it has survived for a considerable time in a relatively isolated manner and under a sinocentric view, naming itself the Middle Kingdom. From 1949 onwards, after the Chinese Revolution, it broke off with dynastic traditions and became one of the largest communist countries. With its economic overture and reforms, implemented after 1978, the PRC saw an economic growth with no historical precedent, thus becoming the planet's greatest economy regarding its GNP, due to its purchasing power parity. In order to maintain this economic growth, China needs to ensure access to natural resources, especially petrol, and hence it has expanded its presence around the world, particularly in the African continent. According to its National Defense Policy, Brazil assigns priority to countries in the West African coast, which belong to its strategic surroundings, as it also has geopolitical and economic interests in the region. This paper intends to answer questionings on whether China's expansion onto Africa has impaired Brazilian interests in the African West Coast by identifying and analyzing the conflict of interests, and to propose measures to ensure Brazil's and the Brazilian Navy's interests in the region regarding the increasing Chinese presence in the African continent. This work covers a very current and relevant theme dealing, on the one hand, with the impressive rise of China's economy, and, on the other, with a region of clear strategic importance to Brazil.

Key words: China, West Africa, Brazil, South Atlantic, Geopolitics and Foreign Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	A primeira e a segunda cadeias de ilhas.....	26
Figura 2 –	O Colar de Pérolas.....	30
Figura 3 –	<i>One Belt One Road</i> . As novas Rotas da Seda.....	32
Figura 4 –	Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana.....	92
Figura 5 –	Intercâmbio Comercial China-África.....	93
Figura 6 –	Exportações Brasileiras por Fator Agregado 2001-2012.....	94

LISTA DE TABELAS

1 – Intercâmbio Comercial Brasil-África 2005-2015.....	90
2 – Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana 1995-2014.....	91
3 – Países africanos importadores da China e exportadores para China.....	39
4 – Intercâmbio Comercial China-África 2005-2014.....	93
5 – Exportações Brasileiras por Fator Agregado 2001-2012.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA –	Cúpula América do Sul-África
ACNBN –	Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNWB –	Base Naval de Walvis Bay
COMCONTRAM –	Comando do Controle do Tráfego Marítimo
EEB –	Entorno Estratégico Brasileiro
EMGEPRON –	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
FOCAC –	Fórum de Cooperação África-China
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
OBBR –	<i>One Belt One Road</i>
OCDE –	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCC –	Partido Comunista Chinês
PIB –	Produto Interno Bruto
PND –	Política Nacional de Defesa
RPC –	República Popular da China
UA –	União Africana
ZOPACAS –	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Problema.....	14
1.2	Relevância.....	14
1.3	Objetivos.....	14
1.4	Metodologia e estrutura.....	15
2	GEOPOLÍTICA DA CHINA.....	16
2.1	A Evolução da Geopolítica Chinesa.....	16
2.1.1	A Evolução da Estratégia Naval Chinesa	24
2.2	A Expansão Chinesa na África.....	32
2.2.1	A Evolução da Diplomacia Chinesa para a África.....	33
2.2.2	O Modo Angolano.....	35
2.3	Os Interesses da China nos Países da Costa Ocidental Africana.....	37
2.3.1	Interesses Comerciais.....	38
2.3.2	Interesses em Recursos Naturais.....	39
2.3.3	Interesses na Área de Defesa.....	41
2.4	Reflexos da Expansão Chinesa na Costa Oeste da África.....	43
2.5	Conclusão Parcial.....	46
3	A ÁFRICA E O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO.....	48
3.1	Definição do Entorno Estratégico Brasileiro.....	48
3.2	A Evolução Histórica da Relação Brasil-África.....	50
3.3	Os Interesses do Brasil na África e no Atlântico Sul.....	54
3.3.1	Interesses Geopolíticos na Costa Oeste Africana.....	54
3.3.2	Interesses Geopolíticos no Atlântico Sul.....	55
3.3.3	Interesses Comerciais e Parcerias.....	57
3.3.4	Interesses na Área de Defesa.....	59
3.4	Conclusão Parcial.....	64
4	CONFLITOS DE INTERESSES NA COSTA OESTE AFRICANA.....	65
4.1	Disputas por Mercado de Produtos Manufaturados.....	66

4.2	Concorrência nos Setores de Mineração, Energia, Construção Civil e Infraestrutura.....	67
4.3	Conflitos de Interesses na Área de Defesa.....	68
4.4	Conclusão Parcial.....	70
5	AÇÕES SUGERIDAS.....	72
5.1	Uma Política Externa Coordenada e Integrada para a África.....	73
5.2	Ações de Cooperação na Área de Defesa.....	74
5.3	Outras Ações de Cooperação.....	77
6	CONCLUSÃO.....	78
	REFERÊNCIAS.....	81
	ANEXOS.....	90

1. INTRODUÇÃO

A China abriga uma das civilizações mais antigas da história, tão antiga que parece não ter um início. Sua origem é tão remota que os esforços para descobrir sua origem foram frustrados. Quando os caracteres chineses surgiram, durante a dinastia Shang, no segundo milênio a.C., a civilização egípcia se encontrava no auge de sua glória. As grandes cidades-Estado da Grécia clássica ainda não tinham aparecido e ainda faltava um milênio para o surgimento de Roma. Durante milênios, ela foi uma grande potência, a exceção do período de 1839 a 1949, durante o qual foi invadida e dividida por Estados estrangeiros (KISSINGER, 2011).

A dimensão e a diversidade do território chinês levavam ao sentimento de que a China era um mundo em si mesmo:

Enquanto outras nações eram batizadas segundo grupos étnicos ou marcos geográficos, a China chamava a si mesma de *zhongguo* – o “Império do Meio”, o “País Central”. Qualquer tentativa de compreender a diplomacia chinesa no século XX ou o papel mundial da China no século XXI deve começar – mesmo ao preço de uma possível simplificação excessiva – por uma apreciação básica do contexto tradicional (KISSINGER, 2011, p. 21).

Para compreender melhor a história da China, é importante levar em consideração que o pensamento estratégico chinês, formado ao longo de milhares de anos, difere do pensamento ocidental. Uma história turbulenta ensinou os chineses que nem todo problema tem solução e que, nesse caso, uma ênfase exagerada em querer o pleno domínio de certos eventos só pioram o problema. Não se deve esquecer que o famoso estrategista Sun Tzu era chinês e que um de seus ensinamentos diz que a melhor vitória é aquela que é obtida sem a necessidade de se travar batalhas (MATOS; SOUZA, 2015).

Diferentemente da estratégia ocidental, em raras ocasiões os estadistas chineses arriscaram o resultado de um conflito em uma batalha decisiva. Ao contrário, o pensamento chinês está mais voltado para manobras elaboradas e para o cerco estratégico, muitas vezes

com a duração de anos, buscando acumular vantagens relativas (KISSINGER, 2011).

A partir de 1949, com a ascensão de Mao Tsé-Tung ao Poder, a República Popular da China (RPC) rompeu com a antiga ordem de valores e tradições chinesas e adotou uma atitude de isolamento e uma postura revolucionária em relação à ordem mundial.

A partir de 1978, sob o governo de Deng Xiaoping, a RPC procurou se inserir na ordem mundial e buscou modernizar sua indústria, desenvolvendo o princípio político-econômico do socialismo com características chinesas¹. Os resultados dessas reformas econômicas foram espetaculares e a China alcançou uma média de crescimento econômico, nos últimos 35 anos, sem precedentes na história, redesenhando o mapa do comércio internacional e mudando o principal eixo geopolítico do Atlântico para o Pacífico. Graças à dimensão adquirida por sua economia, o país passou a ser chamado de “fábrica do mundo” (CINTRA *et al*, 2015).

Para sustentar esse crescimento, a RPC necessita importar matérias-primas, principalmente petróleo, e exportar seus produtos industrializados. Além disso, com uma população de mais de 1,3 bilhão de pessoas e com terras aráveis insuficientes, ela é obrigada a importar cada vez mais alimentos.

Dessa maneira, a fim de garantir o seu crescimento econômico contínuo e sua segurança energética e alimentar, a China procura expandir sua influência pelo mundo, em especial na África, cujos países se tornaram, basicamente, exportadores de *commodities* e importadores de seus produtos manufaturados.

A China, também, busca ampliar sua influência, na área militar, nos países do continente africano, com acordos na área de defesa e a venda de equipamentos militares.

¹ Ideologia oficial do Partido Comunista Chinês (PCC), com base no marxismo e no socialismo científico, porém adaptada às condições chinesas. A sua principal característica é a abertura econômica e modernização do socialismo. Essa política foi criada por Deng Xiaoping e previu a abertura do mercado ao investimento estrangeiro e incentivo à iniciativa privada, com a manutenção do socialismo e do partido único (KISSINGER, 2011) (CHINA, 2011).

Conforme a Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012), o entorno estratégico brasileiro (EEB) é formado pelos países da América do Sul, o Atlântico Sul² e os países limieiros da costa ocidental da África, e a Antártica. O Atlântico Sul se constitui em região essencial à segurança e à economia brasileira, e a consolidação da paz e desenvolvimento tem sido um dos objetivos de nossa política externa.

O Brasil possui um relacionamento antigo e bastante variado (diplomático, econômico, cultural e militar) com o continente africano, podendo ser exemplificado pelos diversos e importantes fóruns dos quais participa: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Cúpula América do Sul-África (ASA), além de possuir acordos bilaterais com mais de 40 países africanos, em especial nas áreas agrícola, saúde, ciência e tecnologia, comércio internacional e defesa. (MIGON; SANTOS, 2013).

A relação comercial entre o Brasil e a África possuiu projeção ascendente até 2011 e, a partir de então, as exportações brasileiras para o continente africano começaram a cair. Em 2015, o continente africano foi responsável por absorver cerca de 4% das exportações brasileiras. Os principais parceiros comerciais naquele continente são África do Sul, Nigéria, Moçambique e Angola (BRASIL, 2016) (TAB.1, ANEXO A).

Com um relacionamento pragmático, baseado nos princípios estabelecidos no Fórum de Cooperação África-China (FOCAC), nos quais os signatários exigem o respeito mútuo à soberania e integridade territorial e a não interferência em assuntos internos, a RPC tornou-se uma forte concorrente comercial para países como o Brasil, que possui posicionamento favorável à defesa dos direitos humanos em sua política externa (MIGON; SANTOS, 2013).

² Este trabalho se valerá da definição de Atlântico Sul que o considera como o espaço geográfico que vai do paralelo 16°N até o Continente Antártico, abrangendo as margens oeste da África e leste da América do Sul (MOURA NETO, 2010, p. 452).

1.1 Problema

A presença chinesa tem crescido, rapidamente, no continente africano, em particular na sua costa ocidental, região na qual o Brasil tem interesses geopolíticos e comerciais, e que foi definida como parte integrante do EEB.

Esta pesquisa tem como propósito responder aos seguintes questionamentos: até que ponto a expansão chinesa na África tem prejudicado ou pode vir a prejudicar os interesses brasileiros na costa oeste africana? Quais as ações para o Brasil e a Marinha do Brasil (MB) incrementarem a cooperação com os países dessa região, a despeito da expansão da presença chinesa?

1.2 Relevância

A relevância do trabalho se deve à importância geopolítica e estratégica da África para o Brasil, que tem investido esforços e recursos para aumentar a sua influência na região, e que pode vê-la reduzir-se pela expansão chinesa.

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é analisar os possíveis conflitos de interesses do Brasil e da China na costa oeste africana.

Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- 1) descrever a evolução geopolítica da China;
- 2) identificar os interesses da RPC no continente africano;
- 3) identificar os interesses do Brasil na costa oeste da África;
- 4) analisar os possíveis conflitos entre os interesses chineses e brasileiros; e

5) propor ações que beneficiem os interesses do Brasil e da MB.

1.4 Metodologia e Estrutura

A tese está baseada na pesquisa bibliográfica e documental; adicionalmente, são feitas referências a estudos de casos específicos. Para atingir os objetivos e responder aos questionamentos formulados, a pesquisa está estruturada nos seguintes capítulos:

- a) Introdução;
- b) A Geopolítica da China, no qual será descrita a evolução da geopolítica chinesa, as razões para sua expansão no continente africano e identificados os interesses da RPC na região;
- c) A África e o EEB, onde a costa oeste africana será compreendida como parte do EEB, à luz da PND e Estratégia Nacional de Defesa (END); será descrita a evolução histórica das relações Brasil-África e identificados os interesses brasileiros naquela região;
- d) Conflitos de Interesses, no qual serão analisados os possíveis choques de interesses entre a China e o Brasil na costa oeste africana;
- e) Ações Sugeridas, onde serão propostas ações que beneficiem os interesses do Brasil e da MB; e
- f) Conclusão.

2 GEOPOLÍTICA DA CHINA

A RPC localiza-se no leste asiático, sendo o país mais populoso do mundo, com 1,37 bilhão de habitantes, e o quarto maior em dimensão territorial, com 9.596.960 Km². Possui 22.457 km de fronteiras com 14 países, e um litoral de 14.500 km (EUA, 2017).

A China, após décadas de rápido crescimento econômico, alcançou, em 2014, o valor de US\$ 18,9 trilhões de produto interno bruto (PIB), com base na paridade do poder de compra, ocupando o primeiro lugar como a maior economia do mundo. Com o cálculo do PIB, a preços correntes, atingiu o valor de US\$ 11,2 trilhões, permanecendo em segundo lugar. A China é detentora da maior corrente de comércio global (exportações mais importações) e possui o segundo maior orçamento militar do mundo (CINTRA *et al*, 2015).

De acordo com a história, constata-se que a cultura estratégica chinesa prioriza atacar a estratégia do oponente ao invés de seu poderio militar. A antiga estratégia chinesa, denominada *quanbian*, reflete, numa vertente, a submissão do oponente sem empregar diretamente a força; em outra, em situações extremas, prefere ações diretas ofensivas, dependendo da ameaça e das capacidades relativas. Daí surge o conceito do *quanbian*: a flexibilidade de avaliação da própria situação e a do oponente, de modo a adotar o melhor comportamento estratégico (MATOS; SOUZA, 2015).

Para este trabalho será usada a definição de Geopolítica de Meira Mattos, segundo a qual Geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos (MATTOS, 2011), alinhada ao valor da geopolítica moderna, definido por Cohen como uma análise dos fatores geográficos por baixo das relações internacionais e guiando as interações políticas (COHEN, 2015).

Neste capítulo, será descrita a evolução da geopolítica da China, de sua estratégia naval e de sua política para a África, bem como serão identificados seus interesses na costa oeste africana, a fim de cumprir os dois primeiros objetivos específicos do trabalho.

2.1 A Evolução da Geopolítica da China

A China foi uma grande potência por milhares de anos, baseando-se na sua centralidade e no confucionismo³, a exceção do período de 1839 a 1949, que ficou conhecido como o Século de Humilhação, durante o qual foi invadida e dividida por grandes potências europeias, e pelo Japão, de 1937 até o final da Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2015).

A antiga civilização chinesa conheceu inúmeros períodos de guerra civil, interregnos e fragmentações. Ao fim de cada colapso, o Estado chinês se recompunha, restabelecendo sua continuidade e os preceitos fundamentais de sua cultura. A sua unificação, sob um sistema único de governo, ocorreu em 221 a.C., e foi realizada por Qin Shihuang (260 aC-210 aC), considerado o fundador da China. Mesmo após sua unificação, ainda ocorreram períodos de lutas internas, fragmentação e reunificação, porém a China sempre manteve o anseio de um império único. O Império Chinês, pela sua dimensão e poder, influenciava todas as regiões conhecidas da época (KISSINGER, 2011).

A China nunca se viu forçada a lidar com outros países ou civilizações que fossem comparáveis a ela em escala e sofisticação. Os chineses conheciam a Índia, porém, durante grande parte de sua história, esteve dividida em reinos separados. As duas civilizações trocavam mercadorias e influências budistas ao longo da Rota da Seda, contudo permaneciam isoladas de contato casual devido ao Himalaia e ao planalto tibetano. Os vastos desertos da Ásia central separavam a China das culturas persas e babilônicas e, também, do Império Romano (KISSINGER, 2011).

A China conferiu grande importância para suas forças terrestres, em detrimento de suas forças navais. A preocupação com a sua defesa estava voltada exclusivamente para seu

³ O confucionismo é um sistema filosófico chinês, criado por Kung Fuzi, ou Confúcio na forma latinizada. O confucionismo prega a harmonia social, um governo compassivo e ritualístico, e dissemina a devoção filial na sociedade. O filósofo Confúcio viveu de 551 a 479 a.C.. (KISSINGER, 2011, p. 30-33).

território e suas fronteiras terrestres, pois as suas principais ameaças eram as tribos nômades que viviam ao norte de suas fronteiras. Esta característica geográfica determinou que a maioria das guerras travadas pelos chineses fossem guerras terrestres. Provavelmente, por essa razão, a China não atribuiu importância ao mar em sua história antiga (QI, 2006).

A centralidade e a riqueza do império chinês se voltavam contra ele próprio, atraindo a cobiça de outros povos e colocando em risco a sua segurança. As invasões bárbaras pairavam sobre a China como uma ameaça permanente. A Grande Muralha, um dos maiores símbolos chineses para o ocidente, é um exemplo da tentativa de impedir as invasões e mitigar essa vulnerabilidade. Coerentemente, a China buscou adotar uma estratégia defensiva na diplomacia e nas relações comerciais, a fim de dissuadir potenciais inimigos de tentarem invasões e de formarem coalizões contra seu império. Além disso, a China aproveitava as divisões e diferenças entre os povos bárbaros para fazer com que atacassem a si próprios (KISSINGER, 2011).

O período de exceção a essa preponderância terrestre ocorreu durante a dinastia Ming (1368-1644). No período de 1405 a 1433, o Almirante Zheng He (1371-1433) comandou sete expedições marítimas para o Ocidente, atracando em portos da Ásia e África. A sua esquadra era poderosa, formada pelos maiores navios da época, tripulada por quase trinta mil homens, e ficou conhecida como a esquadra do tesouro (GRONEWALD, 2009). Além de motivações políticas, diplomáticas e militares, pesou a motivação econômica em se determinar um novo caminho para o comércio – a rota marítima da seda – em virtude da crescente produção chinesa de seda, porcelanas e chá (PEREIRA; PING, 2006).

A História, sob o ponto de vista eurocêntrico, pouco fala que a China chegou a ser uma potência naval no período da dinastia Ming, chegando a possuir 3.500 navios. A China teria, inclusive, dobrado o Cabo das Tormentas antes dos portugueses, que o fizeram em 1488. Durante a dinastia Ming, a China alcançou o ápice da tecnologia náutica da época, com

avanços na arquitetura naval e navegação: os chineses navegavam com a bússola magnética, dois séculos antes dos europeus, e com o auxílio de cartas celestes. Esses avanços foram fundamentais para a expansão das navegações pelos europeus (GRONEWALD, 2009).

Apesar de os chineses terem atingido esse patamar de desenvolvimento do seu poder naval, em 1436, foi proibida a construção de navios de alto-mar e de navios de mais de dois mastros, a fim de concentrar os esforços militares chineses nas fronteiras setentrionais para conter as pressões mongóis (PEREIRA; PING, 2006). Para outros, foi para evitar que a cultura e ideias ocidentais contaminassem a antiga China (GRONEWALD, 2009).

Devido à destruição dos arquivos oficiais da época, os verdadeiros motivos da evolução desse empreendimento, bem como o surpreendente abandono dessa política de expansão marítima, provavelmente, ficarão escondidos na história (PEREIRA; PING, 2006).

Enquanto a China se recolhia ao seu território e adotava uma política isolacionista, as potências europeias se faziam ao mar para disseminar seu comércio e valores. O isolamento chinês produziu uma autopercepção: as elites chinesas foram se acostumando, cada vez mais, à noção de que a China era única, não apenas uma “grande civilização” entre outras, mas a própria civilização (KISSINGER, 2011).

As conquistas científicas e tecnológicas chinesas se igualaram e, frequentemente, superaram as dos europeus ocidentais, indianos e árabes. Até à época da Revolução Industrial, a China era muito mais rica. Unida por um vasto sistema de canais que ligavam os grandes rios e centros populacionais, a China foi, por séculos, a economia mais produtiva do mundo e a região de comércio mais populosa. Mas por ela ser amplamente autossuficiente, outras regiões não tinham compreensão de sua vastidão e riqueza. A China produzia uma parcela do PIB mundial total maior do que qualquer sociedade ocidental em dezoito dos vinte séculos. Em 1820, ela produziu mais de 30% do PIB mundial – quantidade que ultrapassava o PIB da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) juntos (KISSINGER, 2011).

Ao final do século XVIII e início do século XIX, a China estava no auge de sua grandeza imperial com a dinastia Qing (1644-1912). Contudo, essa grandeza e riqueza atraíram a atenção dos impérios ocidentais. Assim, eclode a primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e tem início a ocupação do território chinês por potências estrangeiras. Pela primeira vez em sua história, a China se defronta com inimigos que não desejavam tirar o lugar da dinastia chinesa e reivindicar o Mandato Celestial; em vez disso propunham substituir o sistema sinocêntrico por uma visão inteiramente nova da ordem mundial com o livre comércio. Esse período de ocupação, no qual a China perdeu o controle sobre grandes áreas de seu território para potências ocidentais, ficou conhecido como o Século de Humilhação, durou de 1839 a 1949, e foi marcado por sucessivas derrotas militares (SILVA, 2015).

Apesar de imensas dificuldades, esse período se constituiu em um testemunho da notável capacidade do país superar crises que poderiam destruir outras sociedades. Enquanto exércitos estrangeiros marchavam sobre a China e forçavam a nação a acatar termos humilhantes, a Corte de Pequim, em nenhum momento, deixou de insistir em reivindicar sua autoridade central e conseguiu implementá-la na maior parte do território chinês. Os estadistas chineses usaram, com considerável habilidade, os meios que dispunham e preveniram o que poderia ter sido uma catástrofe ainda pior (KISSINGER, 2011).

Para resistir ao Século de Humilhação, a China não confiou em tecnologia ou poderio militar, mas em dois recursos profundamente tradicionais: a capacidade analítica de seus diplomatas e a resistência cultural de seu povo. A nação desenvolveu a estratégia de jogar os novos bárbaros uns contra os outros. A paciência e persistência do povo chinês preservou o ideal da China como uma realidade continental no controle do seu próprio destino. Com grande disciplina e autoconfiança, manteve as condições para um posterior ressurgimento chinês (KISSINGER, 2011).

Após a rendição japonesa em 1945, a China estava devastada e dividida. Tanto nacionalistas como comunistas aspiravam ao poder. Dois milhões de soldados japoneses permaneciam em território chinês aguardando repatriação. A opinião pública estadunidense simpatizava com Chiang Kai-Shek, que governava apenas uma fração do país. Reinicia-se a guerra civil entre nacionalistas e comunistas que perdura até 1949, quando as forças vermelhas, lideradas por Mao Tse-Tung, vencem e proclamam a RPC. Com isso, os membros do Partido Kuomintang, liderados por Chiang Kai-Shek e apoiados pelos EUA, se refugiam na ilha de Taiwan, levando consigo seu aparato militar. Os nacionalistas mudam sua capital para Taipei, mantêm o seu lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas e afirmam que um dia voltariam ao continente (SILVA, 2015).

Com a subida ao poder de Mao Tsé-Tung e a fundação da República Popular, é encerrado o Século de Humilhação. Mao reunifica a China, que havia retrocedido a uma situação semelhante ao período anterior à sua unificação (221 a.C.), e lança o país numa jornada que quase arruinou a sociedade civil. Porém, ao fim desse processo traumático, ele a eleva ao patamar de potência mundial. Essa ruptura acaba com a antiga ordem de valores e tradições das dinastias do Mandato Celestial, buscando uma transformação radical, militarizando o país e declarando guerra à arte, à cultura e aos modos de pensar tradicionais (KISSINGER, 2011).

Durante o governo de Mao Tsé-Tung, a RPC vivia a revolução não apenas no campo interno, mas, também, adotava uma postura revolucionária em relação ao sistema internacional, o qual considerava ilegítimo. Dentro da China, Mao admitia poucos limites para suas visões filosóficas, pois exercia o controle total. No exterior, contudo, ele foi mais cauteloso, porque não possuía meios para desafiar as grandes potências. A RPC não aceitava a ordem internacional e propugnava um sistema mais democrático. Assim, durante esse período, a China escolheu se isolar da ordem mundial, em razão da sua visão de centralidade e

autossuficiência, resquícios do Império do Meio, por se negar a fazer parte de qualquer instituição internacional que reconhecesse o governo de Taiwan, e por compreender que o sistema internacional era dominado pelos EUA (BADER, 2016).

Ao longo da década de 1960, com a deterioração das relações com a antiga União Soviética, o objetivo passou a ser o de tirar proveito do confronto entre as duas superpotências em favor dos interesses chineses. Kissinger resumiu a estratégia utilizada por Mao Tsé-Tung:

Mao adicionou uma nova dimensão para a política do poder, uma da qual eu não conheço precedentes. Longe de buscar o apoio de uma ou de outra superpotência – como a tradicional teoria do equilíbrio de poder teria aconselhado –, ele explorou o medo que soviéticos e americanos nutriam um em relação ao outro, desafiando ambos os rivais simultaneamente (KISSINGER, 2011, p. 156-157).

Em 1971, após uma votação na Assembleia Geral das Nações Unidas, depois da retirada do veto dos EUA, a RPC conseguiu assumir seu lugar na ONU e no Conselho de Segurança, em substituição a Taiwan, o que foi considerada uma grande vitória da Diplomacia chinesa (ALVES, 2010).

Com a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, e ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a RPC passa a seguir o caminho de reinserção internacional e abertura, abandonando o seu papel de liderança revolucionária (BADER, 2016).

Mao demoliu a China tradicional e com os entulhos preparou os blocos de construção para uma modernização completa. Deng teve a coragem de fundamentar a modernização na iniciativa e resistência dos chineses individualmente. Ele abandonou as comunas e ampliou a autonomia nas províncias, para introduzir o que chamou de socialismo com características chinesas. A China de hoje, a segunda maior economia do mundo e com o maior volume de reservas em moeda estrangeira, é o testemunho da visão, da tenacidade e do bom senso de Deng (KISSINGER, 2011).

Deng Xiaoping colocou em prática, a partir de 1978, o programa das Quatro Modernizações – agricultura, indústria, tecnologia e defesa nacional – que havia sido, inicialmente, proposto pelo premiê Zhou Enlai. Com o início das estratégicas reformas

internas e a abertura da economia chinesa, especialmente para os EUA e o ocidente, buscou o reconhecimento, investimentos, comércio, tecnologia e cooperação internacional, o que caracterizou uma mudança de atitude em direção ao sistema internacional. No seu governo, a RPC aderiu ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (BADER, 2016).

A partir da implementação gradativa de sua política, Deng realizou diversas viagens internacionais, ao contrário de Mao que convocava líderes estrangeiros para sua residência, como um imperador. Nessas viagens, Deng não fazia qualquer tentativa de ocultar o atraso econômico e o desejo chinês de adquirir tecnologia de nações mais avançadas, o que foi uma surpreendente rejeição à tradicional política chinesa. Com foco no pragmatismo em suas relações internacionais, orientadas pelos interesses e objetivos nacionais acima da ideologia, as quais repudiavam a intervenção em seus assuntos internos, a RPC seguia seu caminho de reformas, orientada pela política do socialismo com características chinesas, como forma de alavancar seu crescimento econômico (KISSINGER, 2011).

Após a abertura econômica e as reformas, a China tem mudado, gradualmente, de uma economia planificada central para uma economia baseada no mercado, e apresentou um crescimento econômico de cerca de 10% ao ano por mais de 30 anos consecutivos e, nos últimos anos, mantém a invejável média de 7,5% anual (BANCO MUNDIAL, 2017).

Para manter esse ritmo de crescimento, a China necessita de uma grande quantidade de matérias-primas, bem como exportar seus produtos manufaturados. Isso fez com que a RPC diversificasse o seu relacionamento internacional, buscando parcerias em outros continentes como a África e América do Sul, que são regiões produtoras de alimentos, além de possuírem grandes fontes de recursos naturais, inclusive petróleo (ALDEN, 2007).

O crescimento econômico da RPC e do seu comércio exterior criou uma forte dependência de suas linhas de comunicação marítimas (LCM)⁴, o que tem gerado um

⁴ linhas de comunicação marítimas é uma linha de movimento, existente entre dois ou mais pontos, sobre os quais tropas e materiais, militar ou civil, são transportados (BRASIL, 2015, p. 156).

aumento da importância do seu poder Marítimo e Naval (FRIEDMAN, 2008). A importância das LCM que passam pelos Oceanos Índicos e Pacífico Oeste só tendem a aumentar com o deslocamento do centro de gravidade da economia mundial para a Ásia (OECD, 2016).

2.1.1 A Evolução da Estratégia Naval Chinesa

Com exceção do período do Almirante Zheng He, a China não atribuiu importância para o mar, e sua marinha era uma força costeira, voltada para a proteção contra piratas e invasões. A estratégia de possuir uma marinha costeira e defensiva permaneceu até o século XX, embora o conceito estratégico, conhecido como “*near-coast defense*”, tenha vigorado de 1949, a partir da fundação da RPC, até meados da década de 1980 (Li, 2009).

Nos últimos 40 anos, a estratégia naval chinesa passou por duas importantes mudanças: evoluiu da estratégia “*near-coast defense*”, que prevaleceu até meados da década de 1980, para a estratégia “*near seas active defense*”, que por sua vez vigorou até meados da década de 2000, quando, então, avançou para a estratégia “*far-seas operations*”. Relacionadas a essas mudanças de estratégias navais, estão as alterações das capacidades navais: de uma capacidade limitada de defesa costeira, para uma maior capacidade de operar, mais efetivamente, nos mares mais próximos da China. Já a nova estratégia “*far-seas operations*” trará maiores implicações para o desenvolvimento futuro de capacidades da Marinha do Exército de Libertação do Povo (MELP) (Li, 2009).

Essas mudanças na estratégia naval chinesa foram resultados de vários fatores: mudança da percepção de segurança do ambiente externo; o endosso da liderança civil da RPC; institucionalização da pesquisa na MELP; e disponibilidade de recursos e tecnologias (Li, 2009).

A estratégia “*near-coast defense*” se refere à defesa do mar territorial, da linha costeira

até 12 milhas náuticas, e da faixa litorânea do seu território que vai até aproximadamente 300 km da costa, onde se localizam cidades econômica e politicamente importantes. Como a RPC possui um extenso litoral de 14.500 km, era difícil estabelecer um controle efetivo de uma área tão extensa. Assim, a defesa naval era focada nos estreitos e passagens de importância estratégica, as quais poderiam ser exploradas pelo inimigo para invadir a China pelo mar e para conquistar alvos estratégicos em terra. Isto inclui o Estreito de Bohai, o qual é uma passagem marítima para Tianjin e Pequim, e se refere à segurança da costa norte da China; o Estreito de Taiwan, o qual está relacionado com a segurança da costa Leste e a questão da reunificação de Taiwan; e o Estreito de Qiongzhou, o qual é central para a segurança da ilha Hainan e a costa Sul. A divisão da MELP em três Esquadras, Esquadra do Mar Norte, do Mar Leste e do Mar Sul, corresponde à defesa desses três estreitos e áreas marítimas adjacentes (Li, 2009).

O objetivo da “*near-coast defense*” era a sobrevivência nacional em um possível confronto de maior dimensão com a ex-União Soviética e não com os territórios disputados ou com a segurança de suas LCM. Era uma estratégia puramente defensiva (Li, 2009).

O conceito “*near seas active defense*” foi oficialmente proposto, pela primeira vez, por Deng Xiaoping em 1979 e foi, gradualmente, sendo adotado até ser tratado como a nova estratégia naval chinesa em 1987. Em comparação com o conceito anterior, ele cobre uma área marítima muito mais extensa e requer capacidades navais muito maiores. Nessa estratégia, a MELP é citada como um serviço estratégico, o que significa que ela poderia operar mais independentemente e ter seus próprios limites geográficos de operação, uma clara diferença da “*near-coast defense*”, na qual a MELP era vista como um serviço de suporte e apoio às operações terrestres. Os limites operacionais dessa estratégia cobriam: a primeira cadeia de ilhas, a qual se estende das ilhas Kurilas, através das ilhas do Japão, Arquipélago de Ryukyu, Taiwan, Filipinas até a Ilha de Borneo (FIG. 1); O Mar Amarelo, o Mar Leste da

China, o Mar do Sul da China; e áreas marítimas adjacentes, fora da primeira cadeia de ilhas. O escopo a ser defendido nessa estratégia mudou de “próximo a costa” para “mares próximos”. O conceito de “mares próximos” cobre uma área mais extensa que o entendimento tradicional das 200 milhas náuticas. Essa estratégia compreende a reunificação de Taiwan, a restauração de territórios marítimos em disputas ou perdidos e a proteção de suas LCM, porém não cobre o Oceano Índico. Essa estratégia pareceu estar muito focada na Campanha de reunificação de Taiwan. Como consequência, quando a MELP começou a conduzir operações em águas azuis, além das 200 milhas náuticas, ela ainda era altamente dependente do apoio de terra para vigilância, reconhecimento e apoio aéreo (Li, 2009).

A estratégia “*far-seas operations*” começou a ganhar forma no final dos anos 1990, enquanto o discurso oficial continuava a empregar a estratégia “*near seas active defense*”. Este novo conceito sugere que o crescimento da economia chinesa e o desenvolvimento da tecnologia ampliariam o poder naval chinês e estenderia o seu alcance operacional da primeira para a segunda cadeia de ilhas, ampliando a área de operações da MELP do Norte do Japão para o Norte das Ilhas Marianas, Guam e uma área mais ao Sul, conforme FIG. 1 (Li, 2009).

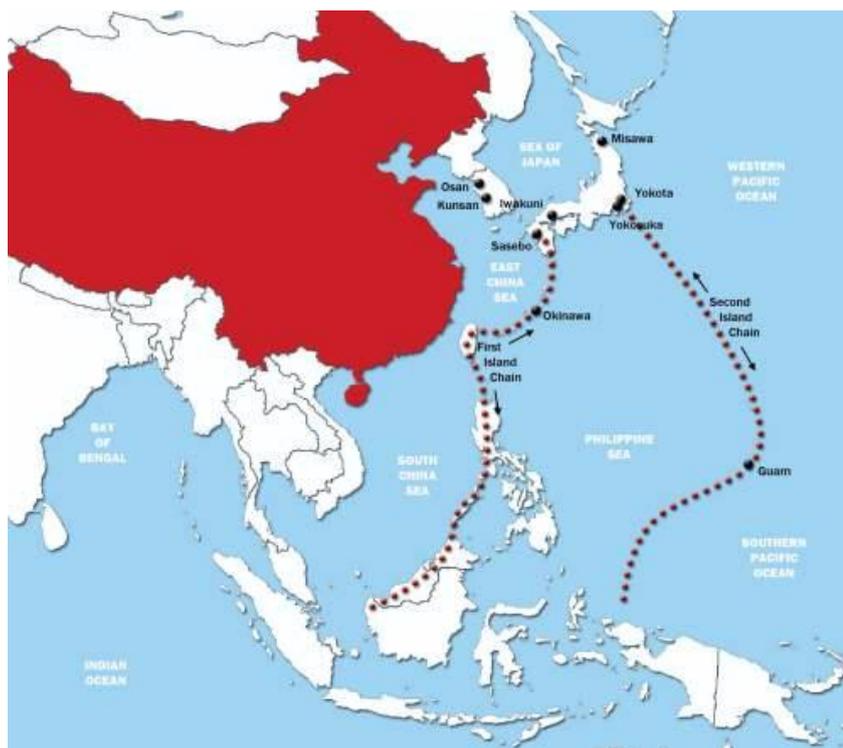


Figura 1- A primeira e a segunda cadeias de ilhas
Fonte: LI, 2009

Em 2002, após sua subida ao poder, Hu Jintao salientou a necessidade da MELP fazer uma transição gradual para a concepção estratégica “*far-seas operations*”, desenvolvendo suas capacidades para operar no interior e no entorno da segunda cadeia de ilhas. De acordo com essa estratégia, a MELP deverá ampliar suas capacidades para projetar poder numa área marítima de até, e além de, 1.000 milhas náuticas de seu território. Esse conceito requer preparação do campo de batalha e logística sustentável. Para o apoio logístico, torna-se fundamental o desenvolvimento de bases avançadas. O estabelecimento dessa estratégia deverá mudar a ênfase da MELP de defensiva para ofensiva. A capacidade de realizar operações em águas azuis possibilitará a MELP conduzir operações ofensivas distantes do seu território, o que aumentará o seu efeito dissuasório perante o inimigo (Li, 2009).

De acordo com o *Chinese naval researchers*, alguns fatores foram responsáveis por essa mudança de estratégia: o fato da China ter resolvido a maioria das suas disputas de fronteiras terrestres com assinatura de tratados, ao passo que a maioria das disputas chinesas sobre territórios marítimos não foram resolvidas; a possibilidade de intervenção dos EUA na questão de Taiwan; a maior integração da economia chinesa com a economia mundial, o que significa não só oportunidades, mas também vulnerabilidades; e o crescimento da economia chinesa que contribuiu para a formação de uma sólida base industrial e de infraestrutura, o que tem possibilitado o desenvolvimento de uma marinha baseada na nova estratégia “*far-seas operations*” (Li, 2009).

O comércio exterior da China tem crescido rapidamente e 95% desse comércio é transportado por via marítima. A RPC tem uma das maiores frotas de navios mercantes e os maiores portos em volume de carga do mundo, e tornou-se extremamente dependente da importação de matérias-primas e petróleo (WORLD SHIPPING COUNCIL, 2017). Isso cria uma vulnerabilidade da economia chinesa em relação às suas LCM.

O documento “*China International Estrategy Review 2013*”, elaborado pelo *Institute of International and Strategic Studies*, da Universidade de Pequim, afirma que o futuro crescimento da China será, mais do que nunca, dependente de aquisições e realocações de recursos, capitais e mercados. Já a sua versão mais recente, o “*China International Estrategy Review 2016*”, diz que a China deverá arcar com suas próprias obrigações internacionais, como forma de contribuir para o desenvolvimento da Governança Global e defesa dos interesses da humanidade, de acordo com suas capacidades (CHINA, 2013a) (ZHEYU, 2016).

O *White Paper* intitulado “*The Diversified Employment of China`s Armed Forces*”, promulgado em 2013, diz que a China escolheu o caminho do desenvolvimento pacífico e se abstém de uma política expansionista, e comenta sobre a proteção dos interesses ultramarinos chineses. E, embora não mencione especificamente a África, deixa claro que, ao se tornar uma economia integrada ao sistema mundial, as Forças Armadas chinesas são importantes vetores para a garantia dos interesses nacionais e obrigações internacionais da China, bem como para contribuir com a manutenção da paz mundial e estabilidade regional. Cada vez mais, os assuntos de segurança, em especial os relacionados às fontes de energia, rotas de comunicações marítimas estratégicas e nacionais que vivem fora da China, estão ganhando mais importância (BAPTISTELLA, 2015) (CHINA, 2013b).

Em 2015, a RPC publicou um *White Paper*, nomeado “*China`s Military Strategy*”, no qual afirma que a salvaguarda de seus direitos e interesses marítimos é uma tarefa permanente da China. Foi citado que a tradicional mentalidade de que a massa terrestre prevalece sobre o mar deve ser abandonada e grande atenção deve ser dedicada no gerenciamento dos mares e oceanos para proteger seus direitos e interesses. Embora as prioridades chinesas se concentrem no seu entorno mais próximo, como a Ásia e o Mar do Sul da China, é possível observar a tendência da expansão dos interesses chineses para o Oceano Índico e, até mesmo, para o continente africano, na análise desses documentos. Eles refletem a postura mais

assertiva que a China vem adotando nos seus mares próximos, desde 2012, e deixam claro a determinação chinesa em fortalecer a sua Marinha com uma capacidade de projetar poder globalmente, em um novo contexto geopolítico da RPC (SULLIVAN, 2015) (CHINA, 2015).

Segundo a Stratfor (2015), quando a China diz claramente, no *White Paper* de 2015, que uma das tarefas da MELP é proteger seus interesses econômicos ultramarinos, é possível dizer que a RPC será obrigada a assumir posição, inclusive com uso da força, diante de possíveis crises que ameacem seus interesses.

Em 2016, a RPC elaborou um novo *White Paper*, intitulado “*The Right to Development: China’s Philosophy, Practise and Contribution*”, no qual diz que o desenvolvimento da China é a prioridade do PCC, na governança e revitalização nacional, e chave para resolver todos os demais problemas. Comenta que a RPC deseja se juntar à comunidade internacional para compartilhar sua filosofia e experiência, a fim de acelerar o desenvolvimento mundial. Cita, ainda, que a China se junta a outros países para salvaguardar a paz internacional e se opor a todas as formas de terrorismo, e que, para isso, irá ampliar sua participação em missões de paz sob a égide da ONU (CHINA, 2016).

Sob o ponto de vista operacional, a principal deficiência para a MELP se tornar uma marinha de águas azuis é a ausência de navios para apoio logístico móvel e de bases navais em outros países, para apoio logístico fixo, que viessem a permitir a operação no Oceano Índico de forma unilateral, com a devida mobilidade e, principalmente, capacidade de permanência (BAPTISTELLA, 2015).

À luz da evolução da estratégia naval chinesa, dos conceitos “*near-coast*” e “*near-seas*” para “*far-seas*”, e da necessidade de a China proteger rotas críticas de comércio e importação de petróleo, para assegurar o seu desenvolvimento, nasceu a estratégia do Colar de Pérolas, representado na FIG. 2. Essa estratégia preconiza estabelecer e desenvolver sua influência ao longo das rotas marítimas por meio de investimentos, desenvolvimento de

portos e diplomacia (DEVONSHIRE-ELLIS, 2009).



Figura 2- O Colar de Pérolas

Fonte: DEVONSHIRE-ELLIS, 2009

A RPC não se limitou ao seu espaço marítimo adjacente e, desde 2008, navios da MELP operam na costa leste do continente africano, em especial no litoral da Somália, participando de operações navais contra a pirataria, protegendo suas LCM destinadas ao transporte de matérias-primas, manufaturados e petróleo (ADEM, 2013).

A presença dos navios da MELP, atuando na proteção das LCM no Oceano Índico, foi destacada no *White Paper* de 2013:

Em dezembro de 2012, a Marinha Chinesa enviou, em 13 Grupos-Tarefas, 34 navios de guerra, 28 helicópteros e 910 soldados de Forças Especiais, que escoltaram 4.984 navios mercantes em 532 agrupamentos. Entre eles, 1.510 eram de navios chineses, 940 navios de Hong Kong, 74 de Taiwan e 1 de Macao. Os Grupos-Tarefas resgataram 2 navios chineses que haviam sido tomados por piratas e protegeram outros 22 que estavam sob ameaças (CHINA, 2013 apud BAPTISTELA, 2015).

Para possibilitar a realização de operações navais mais distantes de seu litoral, visando à proteção de seus interesses e de suas LCM, era necessário que a RPC criasse uma linha de apoio logístico para sua marinha, mediante o desenvolvimento e construção de portos, aeroportos e bases navais, desde o Mar do Sul da China até o Mar da Arábia e Golfo Pérsico.

A estratégia do Colar de Pérolas tem por finalidade o estabelecimento de pontos de apoio, ao longo de suas LCM vitais no Oceano Índico, em países como Mianmar, Bangladesh, Paquistão e Sri Lanka (STRATFOR, 2009).

É interessante salientar que a China não faz qualquer menção oficial sobre esta política, sendo que o termo em inglês *“String of Pearls”* é censurado nos sites de busca chineses na internet, provavelmente para não demonstrar claramente seus interesses geopolíticos estratégicos ou para dissimular suas reais intenções (BAPTISTELLA, 2015).

Em novembro de 2013, foi anunciado pelo Presidente chinês Xi Jinping a versão moderna da antiga Rota da Seda, chamada *One Belt One Road* (OBOR). O Cinturão econômico da Rota da Seda tem por finalidade estabelecer uma infraestrutura de grande escala, através de uma malha de trens de alta velocidade, estradas, oleodutos e sistemas de telecomunicações. Tais estruturas abrirão novos corredores comerciais por terra e por mar, formando a nova Rota da Seda, através de toda a Eurásia. A iniciativa possui dois componentes principais: *the Silk Road Economic Belt*, composta por corredores rodoviário e ferroviário, que ligarão a China à Europa, passando por 21 países; e o corredor marítimo, denominado *21st Century Maritime Silk Road*, representados na FIG. 3. Os portos construídos em Bangladesh, Sri Lanka, Mianmar e Paquistão servirão para impulsionar o comércio marítimo e desenvolver rotas alternativas ao estreito de Málaca e ao conflito do Mar do Sul da China (CINTRA, 2015). A iniciativa OBOR irá criar a maior plataforma de cooperação econômica do mundo, da qual mais de 60 países já manifestaram o interesse em participar, inclusive o Brasil (JINZHANG, 2017).



Figura 3 – *One Belt One Road*. As novas Rotas da Seda, Marítima e Terrestre.
Fonte: JINCHEN, 2016

2.2 A Expansão Chinesa na África

Os primeiros contatos entre a China e a África se deram no século XV com o navegador Zheng He, porém só foram aprofundados após 1949, com a Revolução Chinesa. Nesse período, o objetivo de exportar a revolução coincidiu com os movimentos de independência pela África. O estreitamento das relações foi usado, também, com a intenção de impedir a aproximação de Taiwan com os países africanos e o seu reconhecimento como nação independente (ALVES, 2010).

As relações sino-africanas ocupam, atualmente, lugar de destaque na política externa chinesa. Contudo, a estratégia diplomática para o continente africano variou significativamente ao longo do tempo, passando de um enfoque predominantemente ideológico para um enfoque comercial e econômico, adquirindo uma postura pragmática.

O discurso oficial da diplomacia chinesa aborda as relações com a África como

uma longa história de amizade e de contínuo intercâmbio, baseada nos princípios de sinceridade, igualdade, benefício mútuo, solidariedade e desenvolvimento conjunto (CHINA, 2006). Contudo, o que se observa é que a política externa da RPC tem sido reorientada de modo a se adaptar às mudanças da situação internacional, a fim de suprir as necessidades da demanda doméstica por matérias primas e recursos energéticos.

2.2.1 A Evolução da Diplomacia Chinesa para a África

Nas cinco primeiras décadas das relações entre a RPC e o continente africano, houve variação da orientação política desse relacionamento, a fim de se adaptar às mudanças da situação internacional em que a China se encontrava. O relacionamento sino-africano iniciou com um viés político e ideológico e mudou, após as reformas políticas e abertura econômica, implementadas por Deng Xiaoping, para uma diplomacia pragmática, rejeitando as considerações ideológicas (HONG-MING, 2004).

Nesse período, as relações sino-africanas foram marcadas por dois eventos. O primeiro foi a proclamação dos cinco princípios de coexistência pacífica em 1954, pelo premiê Zhou Enlai, os quais passaram a orientar a política externa chinesa: respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; não agressão mútua; não ingerência nos assuntos internos; igualdade e benefícios recíprocos; e coexistência pacífica (MENEZES, 2013).

O segundo evento foi a intensificação dos movimentos de independência de ex-colônias africanas, após a Segunda Guerra Mundial. A RPC apoiou de forma ativa esses movimentos, com ajuda financeira e com armamentos, e estabeleceu relações diplomáticas com os países recém-independentes. Com o apoio substancial a esses movimentos, a China deu um impulso vigoroso às relações sino-africanas (HONG-MING, 2004).

Ainda com propósitos prioritariamente políticos, a China ampliou suas relações

diplomáticas com os países africanos através do oferecimento de empréstimos e financiamento de obras de infraestrutura, a fim de consolidar sua liderança na cooperação Sul-Sul e reforçar seu discurso anti-imperialista. Adicionalmente às obras de infraestrutura, a China oferecia os chamados projetos de prestígio, de custo relativamente baixo, porém de grande visibilidade para os governos locais. Dessa maneira, empresas chinesas construíram palácios presidenciais, centros de convenções e estádios esportivos, contribuindo, assim, para a popularidade e conseqüente consolidação no poder das elites governantes (ALDEN, 2007).

A Conferência Afro-Asiática de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955, reuniu 29 Estados dos dois continentes e foi considerada um marco nas relações entre a China e a África, pois foi a primeira vez que um dirigente chinês se encontrou com líderes de países africanos. Ela estimulou o desenvolvimento das relações políticas entre a China e a África e, como fruto desse evento, o Egito foi o primeiro país africano a reconhecer a RPC, em 1956 (HONG-MING, 2004).

O sucesso da política externa da RPC foi comprovado em 1971, quando os votos de 26 países africanos foram fundamentais para que a RPC assumisse o lugar de Taiwan na ONU. Nos anos seguintes, o apoio africano continuou sendo importante para a frustração de mais de uma dezena de tentativas das potências ocidentais de penalizar a China por conta da questão dos direitos humanos (ASHAN, 2007 *apud* ALVES, 2010).

Em 1989, ocorreu o evento que ficou conhecido como o Massacre da Praça da Paz Celestial⁵, que teve forte repercussão internacional. Esse acontecimento resultou em forte pressão política, sanções comerciais e no isolamento político da China. O apoio dos países africanos foi fundamental para a China enfrentar esse período difícil e superar os efeitos

⁵ Em 4 de junho de 1989, o governo chinês reprimiu violentamente uma manifestação de estudantes e intelectuais insatisfeitos com o regime do Partido Comunista Chinês e o ritmo das reformas econômicas. O incidente ficou conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial ou Tiananmen, e que resultou em um número de mortos que varia de 400 a 800 pessoas, segundo o jornal New York Times (KRISTOF, 1989).

negativos de diversas resoluções da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, entre 1990 e 1998 (HONG-MING, 2004).

A razão para o sucesso das relações chinesas com o continente africano é atribuída à execução, pelo governo chinês, de uma política externa integrada, capaz de coordenar as ações de todos os setores envolvidos nas relações diplomáticas e econômicas, focada no longo prazo, como: os Ministérios do Comércio, das Relações Exteriores, das Finanças; os bancos estatais; empresas estatais e privadas; e as embaixadas envolvidas (ALDEN, 2007).

Já no campo externo, destacam-se duas importantes iniciativas para o êxito das relações sino-africanas: a aderência aos cinco princípios de coexistência pacífica e o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) (HONG-MING, 2004).

A análise comparativa da evolução da política chinesa para a África mostra que esses princípios fundamentais não foram modificados e, de modo geral, preservaram a continuidade, em que pese o governo chinês ter reorientado sua política africana para se adaptar à situação internacional. Dentre os cinco princípios, o que mais transparece na estratégia adotada é o da não ingerência nos assuntos internos (HONG-MING, 2004).

A criação do FOCAC, como elemento de institucionalização das relações sino-africanas, foi considerada uma grande vitória da política externa chinesa, e sua primeira reunião foi realizada em Pequim, em 2000. O Fórum tem por objetivo complementar, no nível regional, as relações bilaterais e divulgar os benefícios da cooperação, reforçando a inserção chinesa no continente africano. Tem sido um veículo de demonstração do *soft-power*⁶ chinês (OLIVEIRA, 2007).

2.2.2 O Modo Angolano

⁶ Expressão cunhada por Joseph Nye, em 1991, para designar a habilidade e o poder de um Estado em atrair e cooptar os demais para agirem de acordo com o seu interesse, ao invés de empregar a coerção e ameaça. NYE JR, Joseph. *Bound to Lead: The changing nature of American power*. Nova Iorque: Basic Books, 1991).

A China desenvolveu um modelo próprio de relacionamento com os países africanos e que se diferencia dos países ocidentais, além do princípio da não interferência, por oferecer um pacote completo. A China tem sido para a África um mercado consumidor, um doador, um financiador, um investidor, um empreiteiro e um construtor. A RPC foi à África não apenas com a necessidade de recursos naturais, mas também com os recursos financeiros e a decisão política para perseguir seus objetivos de forma vigorosa (ALVES, 2010).

O Embaixador Menezes sintetiza esse modo de operação chinesa:

Esse tipo de pacote envolvendo troca de recursos naturais por investimentos em infraestrutura (portos, geração elétrica) e infraestrutura básica (escolas, hospitais) tem sido empregado pela China com frequência na África, recebendo a denominação de “modelo angolano”, por ter sido utilizado em Angola (MENEZES, 2013, p. 124).

Entretanto, apesar do comprovado sucesso para a RPC, que garantiu seu acesso, por longo prazo, aos recursos naturais dos países do continente africano e aumentou significativamente o seu comércio com esses países, a China já fala em aprimorar o seu modelo de cooperação. A RPC continua seu discurso de relações mutuamente vantajosas, porém está preocupada com os riscos dos países africanos não honrarem seus compromissos financeiros. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seis dos dez principais receptores dos empréstimos chineses estão na lista dos Estados que correm maior risco de não cumprimento de suas obrigações financeiras. A ideia é canalizar os recursos de países instáveis e com maiores riscos, como o Zimbábue, para outros que tenha situação econômica mais sólida, ou seja, continuar com o modelo angolano, porém com maior avaliação de risco. Como sinal dessa nova fase, é apontada a construção da ferrovia na Etiópia, entre Adis Abeba e Djibouti, que está emergindo como potência industrial regional. Essa obra custará US\$ 3,4 bilhões e será financiada e construída pela China (JINPING; SANTOS, 2016).

O fato é que permanece o discurso chinês de relações de mútuas vantagens para a China e para os países africanos, contudo essa mudança de postura visa diminuir os riscos de

não pagamento, em benefício chinês, deixando de fora países mais necessitados de recursos financeiros. Além disso, ao citar o exemplo da Etiópia, como receptor de novos financiamentos, é importante lembrar da construção da primeira base chinesa na África, em Djibouti, que, também, será beneficiada pela ferrovia.

2.3 Interesses da China na Costa Oeste Africana

Três décadas de forte crescimento econômico, aliadas à rápida urbanização e a mudanças nos padrões de consumo, fizeram com que a China saísse do posto de maior exportador de petróleo do Leste Asiático, posição que ocupava em meados da década de 1980, para a posição de maior importador mundial do produto⁷. A sede chinesa por recursos naturais não ficou restrita ao petróleo: entre 1990 e 2005, a participação chinesa no consumo mundial de alumínio, cobre, níquel e minério de ferro saltou de 7% para mais de 20% (ALVES, 2010) (BRITISH PETROLEUM, 2016).

De uma maneira geral, os interesses da China no continente africano, em especial nos países da costa ocidental, podem assim ser descritos: o fluxo comercial, caracterizados pela importação de *commodities*, essenciais ao seu crescimento econômico e segurança energética, e a exportação de produtos manufaturados; bem como um mercado em expansão para suas empresas, dentre elas a de construção civil, pois o continente possui uma gigantesca demanda por obras de infraestrutura, sendo que esse último setor vem registrando um número crescente de trabalhadores chineses. Além desses interesses, já é visível o estreitamento do relacionamento militar entre a RPC e os países africanos, com a venda de produtos militares como navios e aviões.

O somatório de todos esses interesses resulta no interesse geopolítico chinês no

⁷ A China perdeu a condição de país autossuficiente em petróleo em 1993 (OLIVEIRA, 2007).

continente africano, que é assegurar os recursos energéticos e matérias-primas fundamentais ao seu projeto de desenvolvimento econômico.

2.3.1 Interesses Comerciais da China nos Países da Costa Ocidental

O comércio sino-africano vem crescendo em um ritmo semelhante ao do crescimento do processo de industrialização, urbanização e modernização da RPC. Em 1960, esse comércio atingiu a marca de U\$ 100 milhões. Em 1980 alcançou o valor de U\$ 1 bilhão. Porém, seria no período de 2000 a 2010 que o comércio entre a China e a África cresceria de forma mais acelerada, quando passou de U\$10,6 bilhões para U\$ 126,9 bilhões, registrando uma taxa média de crescimento anual de 33,17% (MENEZES, 2013). Além disso, a participação chinesa nas exportações da África subsaariana subiu de 1% para 13,4%, entre 1995 e 2014, enquanto que, nas importações, o crescimento foi de 1,9% para 14,9%, no mesmo período (WENJIE; NORD, 2017) (TAB. 2, ANEXO B).

Apesar de todo esse crescimento, no total do intercâmbio comercial da China, a África detém apenas 4% do total e permanece como uma das regiões de menor parcela, ficando atrás apenas da Oceania com 3%, o que significa que ainda existe muito espaço para o crescimento das relações sino-africanas (MENEZES, 2013).

A TAB. 3 sintetiza os dados apresentados por Menezes (2013), de forma simplificada, com o objetivo analítico de evidenciar os países que possuem maior relacionamento comercial com a RPC e são membros da ZOPACAS, fazendo parte, dessa maneira, do EEB. Constata-se que os dois países que mais importam e exportam para a China são membros da ZOPACAS, assim como oito dos quatorze países distintos que aparecem nessa relação (BAPTISTELLA, 2015).

Ordem	Países importadores da China	Membros da ZOPACAS	Países exportadores para a China	Membros da ZOPACAS
1	África do Sul	Sim	Angola	Sim
2	Nigéria	Sim	África do Sul	Sim
3	Egito	-	Sudão	-
4	Argélia	-	Congo	Sim
5	Libéria	Sim	Líbia	-
6	Marrocos	-	Gabão	Sim
7	Benin	-	Rep. Dem. do Congo	Sim
8	Líbia	-	Argélia	-
9	Sudão	-	Zâmbia	-
10	Angola	Sim	Nigéria	Sim

Tabela 3- Países importadores da China e exportadores para a China, por ordem de grandeza.
Fonte: BAPTISTELA, 2015.

2.3.2 Interesses em Matérias-Primas

A África representa uma importante e crescente fonte de matérias-primas para a RPC, e que vão além de interesses puramente comerciais, pois se constituem em interesses geopolíticos estratégicos, na medida em que são fundamentais para garantirem a segurança energética e, por conseguinte, o crescimento econômico e o desenvolvimento do bem estar social da sociedade chinesa. As mais importantes são o petróleo, o ferro e o cobre, em valores totais comercializados (GAMACHE; HAMMER; JONES, 2013), contudo podemos citar, também, o urânio, que vem aumentando sua relevância no contexto de geração de energia. Entre 2010 e 2014, a China foi responsável por mais de 40% do consumo mundial de metais e mais de 10% da demanda mundial de petróleo (WENJIE; NORD, 2017).

A China é o segundo maior consumidor de petróleo do mundo, atrás apenas dos EUA. A RPC produz apenas cerca de 35% do petróleo que consome, e o seu consumo cresceu a uma taxa média anual de 7,2%, entre 2000 e 2011, devido à forte demanda dos setores industrial e de transporte. A maior parte de sua importação de petróleo vem do Oriente Médio

(39%), seguido da África (18%). Contudo RPC vem diversificando seus fornecedores e mudando suas fontes do Oriente Médio para a África. Com isso, a importação de petróleo da África tem crescido a uma taxa média anual de 34%, entre 2001 e 2011. Angola, Sudão, Congo, Líbia, Argélia e Nigéria são os maiores fornecedores chineses no continente (GAMACHE; HAMMER; JONES, 2013) (BRITISH PETROLEUM, 2016).

Com relação ao minério de ferro, a China é o maior importador e o maior produtor de aço do mundo, produzindo apenas 40% do ferro que necessita. A sua demanda por essa *commodity* tem crescido nos últimos anos devido ao consumo crescente na construção civil, infraestruturas, equipamentos de alta tecnologia e produção de automóveis. A África respondeu por cerca de 6,5% do que a China importa em 2011, sendo a África do Sul o maior exportador africano de ferro para a China (GAMACHE; HAMMER; JONES, 2013).

Em relação ao cobre, a China é o maior consumidor e maior importador desse minério no mundo. Ela produz apenas cerca de 15% de sua demanda, o que a torna extremamente dependente da importação dessa *commodity*. O continente africano responde por cerca de 8% das importações chinesas desse minério, que cresceram a uma taxa média anual de 44% entre 2000 e 2011, sendo a Zâmbia e o Congo seus maiores fornecedores na África (GAMACHE; HAMMER; JONES, 2013).

No caso do urânio, a RPC tem planos para se tornar líder mundial em produção de energia nuclear até 2030 e, assim, expandir sua capacidade total de geração de energia. Dessa maneira, a China daria um importante passo para alcançar a sua segurança energética e reduzir a pressão sobre os combustíveis fósseis. Atualmente existem 27 reatores nucleares em operação e mais 24 em construção. O seu consumo de urânio, em 2011, foi de 4.200 toneladas e a sua produção de apenas 1.400 toneladas, ou seja, de um terço de sua demanda. As estimativas são que a sua demanda aumente de quatro a cinco vezes até 2035, aumentando a sua dependência de importações (IPEN, 2015) (NEA, 2014).

Para isso, a RPC necessita garantir o suprimento desse combustível, fundamental para suas usinas nucleares. A sua estratégia tem sido comprar ou aumentar sua participação nas principais minas africanas, como exemplo a mina Husab, na Namíbia, da qual o Grupo *China Guangdong Nuclear Power* já assumiu o controle, e que possui a quarta maior reserva de urânio do planeta. A Nigéria, a África do Sul e a Namíbia possuem, respectivamente, a quinta, a sexta e a oitava maiores reservas de urânio do mundo (HALPER, 2012).

2.3.3 Interesses na Área de Defesa

Os interesses na venda de produtos militares e o estreitamento da cooperação militar sino-africana passaram a ter como propósito, além do econômico, o de reforçar os laços de confiança e, conseqüentemente, ampliar os laços comerciais (MENEZES, 2013).

A China vem aumentando o seu mercado consumidor de produtos militares no continente africano. Ela já vendeu navios de guerra, tanques e aviões. A Namíbia recebeu, em 2012, o Navio de Apoio Logístico (NApLog) “Elephant” e, entre 2006-2008, doze aeronaves de combate F-7NM; a Nigéria recebeu, entre 2015-2016, dois navios OPV⁸ de 1.800 toneladas e quatro lanchas-patrolha, além de doze aeronaves F-7M, em 2009 (AFT, 2010) (DEFENCE WEB, 2015). Os produtos militares chineses são vistos como alternativa econômica, embora possam ser considerados de qualidade inferior ao oferecido pelos tradicionais fornecedores de equipamentos militares. Eles são mais baratos, são entregues em prazos menores e não estão condicionados a questões políticas (ALMEIDA, 2012). De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute*, a China já é o terceiro maior exportador de equipamentos militares do mundo (SIPRI, 2015).

A dependência de transações econômicas, por parte da China, acaba por

⁸ OPV – *offshore patrol vessel*.

influenciar suas relações militares com os países africanos. Os países fornecedores de produtos indispensáveis para a RPC, como petróleo, minerais e outros produtos primários, acabam recebendo atenção maior de Pequim no plano militar e de segurança, o que não representa uma ausência de cooperação militar com os demais países (MENEZES, 2013).

Especificamente sobre a costa oeste africana, deve-se dar atenção a dois fatos: o primeiro é a possibilidade, após a construção da primeira base chinesa na África em Djibouti, do estabelecimento de uma base chinesa na Namíbia. Essa notícia tem aparecido na imprensa internacional desde 2014, em diversos veículos de comunicação, como no *The Namibian*⁹, em 2014, no portal de notícias *Bloomberg*¹⁰, em 2014, e no *Eurasia Review*¹¹, em 2016. Apesar de ter sido sempre negado pelos governos da Namíbia e da China, os fatos demonstram uma maior aproximação, nos campos diplomático e militar, entre esses dois países e, também, por parte de Angola que teria interesses em ampliar o porto de Luanda (FARHAOUI, 2016).

Segundo o Departamento de Defesa dos EUA, a China buscará estabelecer novas bases militares em países com os quais possua relacionamento mais estreito de cooperação (EUA, 2017). Argumentando como a RPC ampliou sua presença no Oceano Índico ocidental, pelo estabelecimento de uma base militar em Djibouti e construindo um relacionamento especial com o Quênia, com tantos interesses no Atlântico Sul, é provável que a China deseje assegurar sua presença militar na região e, por isso, esteja trabalhando para estreitar suas relações com Angola e Namíbia. Inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, a RPC irá solicitar, à Namíbia, a utilização do Porto de Walvis Bay, mesmo que não seja como uma base militar, mas como um porto de apoio logístico (FARHAOUI, 2016).

⁹ HARTMAN, Adam. *Naval base for Wavis Bay*. *The Namibian*, Windhoek, 19 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.namibian.com.na/index.php/page=archive-read&id=130693>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

¹⁰ TWEED, David. *China Mulls Building Naval Base in Namibia*. *Bloomberg*, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/article/2014-11-27/china-mulls-building-naval-base-in-namibia-namibian-times-says>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

¹¹ FARHAOUI, F. *China's Strategic Military Goal in Namibia-Analysis*. *Eurasia Review*, 07 jul. 16. Disponível em: <<http://www.eurasiareview.com/07072016-chinas-strategic-military-goal-in-namibia-analysis>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

O segundo fato já foi concretizado e trata-se da venda de navios chineses para as Marinhas da Namíbia e da Nigéria, que trará como resultado o aprofundamento do relacionamento desses países com a China, em virtude do fornecimento de sobressalentes e apoio na manutenção desses meios.

Adicionalmente, cabe registrar que a RPC construiu e opera uma estação terrena de controle de satélites em Swakopmund, cidade próxima ao Porto de Walvis Bay. Essa estação juntamente com outras duas, localizadas no Quênia e no Paquistão, integram o sistema de rastreamento de satélites chinês, pelo qual a China está sendo acusada de fazer uso para fins militares (FARHAOUI, 2016).

Outro importante ponto nas relações sino-africanas é o aumento da participação chinesa em operações de paz no continente africano. A RPC é o país que mais contribui com efetivos para operações de paz na África, sob a égide da ONU¹². A ampliação da participação chinesa é devida ao aprofundamento do relacionamento e expansão dos interesses chineses no continente, que fazem com que a China esteja cada vez mais envolvida nos assuntos militares africanos (MENEZES, 2013).

De acordo com o *White Paper China's Military Strategy*, de 2015, a RPC deverá incrementar a realização de intercâmbios para militares africanos de língua inglesa, francesa e portuguesa (CHINA, 2015), comprovando o interesse chinês em aumentar sua influência nas Forças Armadas dos países africanos, inclusive os de língua portuguesa.

2.4 Reflexos da expansão Chinesa na África

A história da África no século XX é, em grande parte, a história da luta das potências ocidentais pelo controle de suas riquezas naturais. As relações sino-africanas no

¹² FUNG, Courtney J. *China's Troop Contributions to UN Peacekeeping*. Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/2016/07/chinas-troop-contributios-un-peacekeeping>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

final do século XX e início do século XXI também buscam o acesso a essas riquezas, porém sem o pressuposto do uso da força (ALVES, 2010).

O envolvimento chinês nos países africanos, em particular os da costa ocidental, tem trazido importantes implicações para o desenvolvimento e para a política do continente. Enquanto esse relacionamento tem gerado um estímulo inicial para a economia de alguns países exportadores de *commodities*, seu impacto nos setores de manufaturas desses países tem sido adverso. Mesmo alguns benefícios provenientes da elevação do preço dessas *commodities* no mercado externo, provocado pelo aumento de sua demanda, são ambíguos, pois são, geralmente, associados com a desvalorização das taxas de câmbio das moedas desses países, crescimento da corrupção e incremento de conflitos. As economias baseadas em produção e exportação de *commodities* são muito mais frágeis e vulneráveis que aquelas que têm como base produtos manufaturados. O rápido crescimento da participação chinesa na economia dos países africanos poderá trazer implicações, ainda desconhecidas, para o futuro desses países (KAPLINSKY; McCORMICK; MORRIS, 2007).

O crescimento da insatisfação popular já é visível em alguns países africanos, devido aos efeitos negativos da presença chinesa na economia desses países. Sindicatos e organizações não-governamentais (ONG) têm denunciado empresas chinesas, sobretudo as de construção, por empregar trabalhadores da China em detrimento da mão de obra local, bem como de não cumprimento da legislação trabalhista com relação a salários mínimos e jornadas de trabalho (ALDEN, 2007). Segundo Jianhai e Zweig, na busca de recursos naturais e mercados, a política externa chinesa não tem espaço para moralidade (JIANHAI; ZWEIG, 2005 *apud* Alves, 2010). Esses aspectos tornam-se relevantes, pois as estimativas já apontam que existem cerca de um milhão de chineses, bem como centenas de empresas chinesas operando na África (HORTA, 2015).

O aumento do desemprego tem contribuído para o crescimento da insatisfação da

população africana. Esse fato decorre da redução de postos de trabalho na indústria e no comércio, devido à concorrência de produtos chineses mais baratos, principalmente no setor têxtil. Somente na Nigéria, existiam mais de 250 mil trabalhadores desempregados nesse setor em 2007. O desemprego tem se acentuado pela multiplicação de lojas de varejo chinesas, as quais têm vencido a concorrência local, em razão da facilidade de acesso às mercadorias e mão-de-obra asiática (ALDEN, 2007).

A prática chinesa de concessão de crédito sem condicionantes, combinada com a não interferência nos assuntos internos, tem enfraquecido os esforços ocidentais na promoção de reformas que ampliem a transparência e a probidade na governança dos países africanos, prejudicando, assim, o desenvolvimento dessas sociedades (ALVES, 2010).

Na busca por recursos naturais, a RPC tem apoiado governantes dos países africanos que detêm o controle sobre a exploração de tais *commodities*, e que, por sua vez, têm se ressentido com a retração dos investimentos ocidentais. Ao fortalecer o poder desses grupos, em detrimento dos interesses da sociedade local, a China tem contribuído para o aumento dos conflitos domésticos que, em determinados países, como a Nigéria ou a República Democrática do Congo, já assumiram a forma de movimentos insurgentes organizados, tendo por consequência o aumento da instabilidade regional (ALDEN, 2007).

O aumento dessa instabilidade tem provocado o incremento da presença militar de países exógenos ao continente africano: os EUA criaram o AFRICOM e aumentaram a presença de meios navais no continente, especialmente no Golfo da Guiné; a França, em contrapartida, reposicionou suas forças presentes no continente, movimentando-as para o Golfo da Guiné, e que, agora, estão presentes nos seguintes países da costa ocidental: Costa do Marfim, Senegal e Gabão; a própria China aumentou sua presença militar, principalmente, por meio da participação em missões de paz (ALMEIDA, 2012) (FRANÇA, 2016).

Além disso, observa-se que os efeitos positivos dos investimentos chineses no

continente africano têm sido mitigados pelo costume da China de empregar cidadãos chineses nas obras de infraestrutura; pela importação da China de todo o tipo de material empregado nessas obras, ao invés de usar produtos africanos, como forma de criar demanda para suas cadeias produtivas; e pela exigência de contratação de firmas chinesas nos empréstimos e financiamentos concedidos aos governos africanos (ALVES, 2010).

A relação China-África é uma relação assimétrica, onde a China vende produtos manufaturados de maior valor agregado e importa *commodities* africanas, contrariando, assim, o discurso chinês de benefício mútuo, já que a África contribui para a criação de empregos naquele país asiático, ao passo que as importações provenientes da China, principalmente de produtos têxteis, destroem empregos na África (TULL, 2006).

A China, que tradicionalmente relutava em participar de operações de paz, tem aumentado a sua participação em missões no continente africano e no mundo, sendo o membro permanente do Conselho de Segurança da ONU que mais contribui com tropas para missões de paz, sob a égide da Organização (YI, 2014). Atualmente, ela possui mais de 2.500 militares empregados em missões de paz, sendo a maioria na África (UN PEACEKEEPING, 2017). Ao aumentar sua presença militar no continente, a RPC estimula o aumento de forças militares de outras potências, como EUA, Reino Unido e França.

2.5 Conclusão Parcial

Depreende-se que o interesse estratégico chinês, no continente africano, é assegurar o acesso aos recursos naturais, em especial petróleo, indispensáveis ao seu crescimento, através da força de sua economia.

Assim, verifica-se que, na atual política chinesa para a África, a agenda econômica superou a política, a fim de suprir suas necessidades de matérias-primas e fontes

de energia. Na busca para garantir esses recursos, a China tem se associado a regimes autoritários e democracias frágeis, contribuindo para a perpetuação no poder das elites governantes desses regimes e, conseqüentemente, indo de encontro aos desejos das populações locais que já têm se mobilizado contra essa prática chinesa. A consequência é o crescimento da instabilidade interna desses países e, por conseguinte, da segurança regional.

Para garantir esses recursos, a RPC executa uma política muito bem estruturada e integrada, contemplando todos os setores envolvidos como ministérios, bancos estatais, empresas estatais e privadas, conforme uma estratégia bem definida. O FOCAC ganhou uma grande importância na execução dessa política ao institucionalizar as relações sino-africanas.

Com o crescimento econômico, a China aumentou o fluxo de seu comércio internacional, inclusive no Atlântico Sul. Quanto mais integrada for sua economia ao sistema internacional, maior será a dependência de suas LCM. A consciência dessa dependência e de sua vulnerabilidade fez com que a RPC criasse estratégias para garantir a segurança de seu comércio, como *One Belt One Road*, a versão moderna da antiga Rota da Seda, e o Colar de Pérolas. Adicionalmente, a China tem buscado modernizar e desenvolver sua marinha para um patamar compatível com sua estatura econômica e política, evoluindo sua estratégia naval para a estratégia "*far-sea operations*", a fim de defender seus interesses ultramarinos e suas LCM.

Dessa forma, analisando os *White Paper* publicados pelo governo chinês, é visível a mudança de posição da RPC, compatível com seu objetivo geopolítico no continente africano, sendo possível dizer que a China poderá adotar uma postura mais assertiva, inclusive com emprego de suas forças militares, diante de crises que venham a prejudicar seu comércio e seus interesses ultramarinos ou ameaçar seus nacionais na África.

3 A ÁFRICA E O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Neste capítulo, será compreendida a definição do EEB; descrita a evolução das relações entre o Brasil e a África e identificados os interesses brasileiros na costa oeste africana, visando cumprir o terceiro objetivo específico do trabalho.

A África tem seu litoral Oeste distante entre 3,5 e 6 mil Km da costa brasileira. Possui dimensão territorial de 30,3 milhões de Km², quase 4 vezes maior que o território brasileiro, e uma população aproximada de 1,2 bilhão, cerca de 6 vezes maior que a brasileira (MIGON; SANTOS, 2013) (WORLD POPULATION REVIEW, 2017).

O continente africano possui 55 estados soberanos, incluindo o recém-estruturado Sudão do Sul. Esse número, que não inclui os territórios estrangeiros ainda existentes no espaço africano, poderá aumentar. O cenário de fragmentação política torna-se mais perceptível quando se observa que o número de etnias é muito maior que o número de unidades políticas constituídas (MIGON; SANTOS, 2013).

3.1 Definição do Entorno Estratégico Brasileiro

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 4º, estabelece os princípios que deverão pautar as relações internacionais do Brasil. O seu parágrafo único diz que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Em um exercício de abstração e, guardadas as devidas proporções geopolíticas, pode-se expandir este desejo de cooperação para o continente africano, em especial à costa ocidental (BRASIL, 1988) (BAPTISTELLA, 2015).

A PND¹³(BRASIL, 2012a) define que o EEB é formado pelos países da América do Sul, o Atlântico Sul, os países liminhos da costa ocidental da África e a Antártica. Segundo Fiori (2013), é a região onde o Brasil quer irradiar sua influência e liderança diplomática, econômica e militar.

O Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países e que a intensificação de cooperação com a CPLP é um fator relevante das nossas relações exteriores (BRASIL, 2012a).

A PND (BRASIL, 2012a), na parte que trata do ambiente regional e do entorno estratégico, cita a cooperação com os países africanos como fator para a redução de conflitos:

4.3 Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: [...] a intensificação da cooperação e do comércio com os países da África, [...] a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula da América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (BRASIL, 2012a, p. 21).

A PND baseia-se em fundamentos, objetivos e princípios constitucionais, em particular no tocante à política externa brasileira, em uma visão ampla de cooperação e integração entre os Estados, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais (BRASIL, 2012a).

Dessa forma, em seu capítulo 6, essa Política Nacional estabelece os objetivos nacionais e que, para alcançá-los, o Brasil deverá possuir uma estrutura de Defesa Nacional compatível com a estatura política-estratégica que o Brasil almeja no cenário internacional.

Dentre os onze objetivos citados na PND, os seguintes se relacionam com este trabalho:

13 A PND é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2012a).

II – defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;

IV – contribuir para a estabilidade regional;

V – contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e

VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

A END¹⁴, na parte em que trata da hierarquia dos objetivos estratégicos e táticos da MB, diz que o Brasil precisa manter a capacidade de projeção de poder e criar condições para controlar, dentro dos limites do direito internacional, as áreas marítimas de importância político-estratégica, econômica e militar, e suas LCM (BRASIL, 2012b).

Dentre as Ações Estratégicas para aumentar a inserção internacional do Brasil, observa-se a prioridade na intensificação da cooperação e do comércio com países da África; a consolidação da ZOPACAS; e o incremento das relações inter-regionais, especialmente, com a CPLP (BRASIL, 2012b).

3.2 A Evolução Histórica das Relações Brasil-África

Brasil e África são espaços geográficos descontínuos, porém adjacentes e conectados pelo Atlântico Sul, além de ligações culturais e étnicas. Com massas territoriais de grandes dimensões, possuem diferentes ocorrências de clima, relevo, vegetação, fauna e hidrografia (MIGON; SANTOS, 2013).

14 A END é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças (BRASIL, 2012b).

As relações comerciais entre o Brasil e a África iniciaram com o comércio atlântico português, principalmente de escravos e de mercadorias diversas. O comércio de escravos da África iniciou-se em 1554 para possibilitar o desenvolvimento da produção açucareira no Brasil e, ao mesmo tempo, servir como medida para subordinar os territórios coloniais de ambas as margens do Atlântico Sul à política da Coroa portuguesa, sobretudo através do controle do fluxo de mão-de-obra a partir de Angola, a principal fornecedora de escravos para o Brasil (PENHA, 2000).

O comércio atlântico português, focado nas relações Brasil-África, contribuiu para formar uma bacia de dimensões oceânicas, facilitando a fixação sobre este comércio de capitais e equipamentos de navegação, reduzindo-se, assim, os custos do transporte no Atlântico Sul. As principais rotas desse comércio sul-atlântico eram entre a Bahia e o Golfo da Guiné e entre o Rio de Janeiro e Angola (PENHA, 2000). Esse comércio era tão importante para o Brasil que, no processo de consolidação de sua independência, houve projetos de incorporar as colônias africanas numa única unidade política de dimensões sul-atlântica (RODRIGUES, 1961).

Após a independência do Brasil, ocorreu um distanciamento do continente africano por imposição de Portugal, como uma das condições para que essa independência fosse reconhecida. Além disso, o recente império brasileiro se defrontou com o expansionismo marítimo e comercial do império britânico, interessado em conquistar novas áreas para suprimento de matérias-primas e mercados consumidores para seus produtos manufaturados. Os britânicos tinham por objetivo controlar as rotas comerciais em direção à Índia, sua mais rica e importante colônia (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

As aberturas dos canais de Suez (1869) e do Panamá (1914) representaram um declínio na importância operacional e conceitual do Atlântico Sul: a sua marginalização como

rota, ampliada pela diminuição do comércio Brasil-África. Esses eventos contribuíram para caracterizar o Atlântico Sul como um vazio de poder (PENHA, 2000).

A partir desse momento e por todo o século XX, inclusive o período da guerra fria, o Atlântico Sul iria se transformar numa espécie de reserva estratégica do Ocidente, na qual os dispositivos militares implementados na região, como a celebração do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹⁵, em 1947, e o Acordo de Simonstown¹⁶, em 1955, seriam acionados caso houvesse qualquer ameaça de obstrução nos fluxos do comércio ocidental através dos canais de Suez e do Panamá. Estes mecanismos eram uma forma de enquadrar os países sul-atlânticos às políticas de segurança hemisférica ocidental, estabelecidas através de acordos bilaterais (PENHA, 2000).

Esse enquadramento vertical impediu a percepção do Atlântico Sul, por parte dos países da região, como elemento integrador, o que dificultou a construção de processos integrativos entre ambas as margens. Contudo, esse vazio de poder consolidou uma outra dimensão estratégica: o fato de ser a menos militarizada das bacias oceânicas, contribuiu para que os principais países da região se sentissem livres para se desenvolverem como potências regionais, como Brasil, Argentina, África do Sul e Nigéria (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

Para esses países, especialmente o Brasil, o Atlântico Sul, no contexto da guerra fria, ganhou um valor próprio na proximidade geográfica e na tradição histórica, o que facilitou as integrações regionais independentes das grandes potências. A síntese que prevaleceu foi a ideia de incrementar e consolidar as relações de cooperações, cuja maior expressão foi a relação Brasil-África (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

Em 1961, o governo Jânio Quadros inaugurou a política africana do Brasil, que

¹⁵ O TIAR é um Tratado de defesa mútua, celebrado por países do continente americano, em 1947, na cidade do Rio de Janeiro, considerando a defesa hemisférica, conforme a Doutrina Monroe. Esse tratado perdeu força após a Guerra das Malvinas, em virtude dos EUA terem apoiado o Reino Unido (PENHA, 2000).

¹⁶ O Acordo de Simostown foi um acordo de cooperação naval entre o Reino Unido (UK) e a então União Sul-Africana, atualmente, República da África do Sul. O acordo passou o comando da base naval britânica, sediada naquela cidade, para a Marinha Sul-Africana e acertou a venda de meios navais. Na verdade, foi um acordo mútuo de defesa para proteção das rotas marítimas entre o UK e o Oriente Médio (PENHA, 2000).

dava maior importância à África em sua política externa. Inicialmente, essa política foi hesitante, inconstante e marcada por oscilações devido ao apoio brasileiro ao colonialismo português, com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta¹⁷ em 1953, e às relações com a África do Sul, onde prevalecia a política de segregação racial do *apartheid*. O Brasil só conseguiu sair do seu estado de ambiguidade em relação à África após o colapso do colonialismo português com a Revolução dos Cravos e o fim do regime Salazarista em 1974. A partir daí, passou a apoiar abertamente a independência das colônias portuguesas (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

O projeto de cooperação do Brasil com a África ocorreu de forma gradual, correspondendo à importância que o continente adquiriu no âmbito do sistema internacional, após o processo de descolonização que se iniciou na década de 1960. O Brasil procurou ampliar a sua inserção internacional, colocando o continente africano no centro da afirmação brasileira de potência regional, consolidando a concepção de um novo conceito de vizinhança: a fronteira oriental, cuja contiguidade é favorecida pelo Atlântico Sul (PENHA, 2000).

Com o início do processo de descolonização da África e o fim do regime Salazarista em Portugal, na década de 1970, o Brasil adotou uma política pragmática, com ênfase em aspectos econômicos, que passou a reconhecer, rapidamente, a independência das ex-colônias e a abrir representações diplomáticas nesses novos países (SARAIVA, 1996).

O crescimento do protecionismo dos países industrializados contra os produtos manufaturados brasileiros, especialmente dos EUA, e as rivalidades regionais com a Argentina contribuíram para reforçar a política externa do Brasil para a África, que foi facilitada pela boa receptividade à presença brasileira pelos países africanos. Dessa maneira, o continente africano tornou-se um atraente mercado consumidor para os produtos brasileiros

¹⁷ O Tratado de Amizade e Consulta foi assinado em 1953, pelo Brasil e Portugal. Em resumo, o tratado estabelecia que ambos os governos consultar-se-iam sempre, em questões internacionais de interesse comum, e que portugueses e brasileiros seriam equiparados em tudo que, de outro modo, não estivesse diretamente regulado nas disposições constitucionais dos dois países. Esse tratado foi considerado uma vitória portuguesa, pois arrastou o Brasil para sua órbita, tirando autonomia da Diplomacia brasileira (RIBEIRO, 2007).

(OLIVEIRA; MOURÃO, 1988).

3.3 Os Interesses Brasileiros na Costa Oeste Africana e no Atlântico Sul

A África abriga cerca de 10% das reservas mundiais de petróleo e muitos outros minerais estratégicos como ouro, urânio, diamante e cobalto. Diante desta riqueza de recursos naturais e de uma população de mais de um bilhão de habitantes, o Brasil possui, além de sua ligação histórica e cultural com o continente africano, diversos interesses, desde geopolíticos como uma maior inserção do país no sistema internacional e projeção no cenário mundial como potência regional, a interesses econômicos como manter e conquistar novos mercados para seus produtos e novas fontes de matérias primas e recursos energéticos (PENHA, 2000).

3.3.1 Interesses Geopolíticos na Costa Oeste Africana

Analisando as perspectivas da política externa brasileira, durante o século XX e início do século XXI, pode-se constatar que, além da Europa Ocidental e dos EUA, a África se constitui numa das vertentes permanentes das relações internacionais do país. A política externa brasileira para a África expressa o interesse brasileiro de maior autonomia em relação ao Conflito Norte-Sul, em que a diversificação de relacionamentos passa a ser fundamental para promoção do desenvolvimento econômico nacional (RIBEIRO, 2007).

O interesse brasileiro em estabelecer relações harmoniosas com os países do continente africano, após a década de 1970, buscou ampliar a presença brasileira na África, como substituta às ex-potências coloniais, e aumentar a projeção do Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento. Nesse sentido, a multilateralidade Sul-Sul foi uma das principais pautas de sua política externa (PENHA, 2000).

O interesse brasileiro, apesar de levar em consideração o continente como um todo, tinha centros de maior importância, que foram identificados como sendo os países produtores de petróleo, os quais possuíam, ao mesmo tempo, capacidade de compra de produtos industrializados brasileiros, numa relação comercial complementar, além de outros países ricos em produtos minerais e agrícolas. Com isso, Nigéria e Angola tornaram-se importantes fornecedores de petróleo para o Brasil (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

Seguindo esse raciocínio, o Brasil abriu uma representação diplomática em Acra, capital de Gana, em 1960, maior produtor mundial de cacau. Seguiram-se embaixadas em Dacar, capital do Senegal e centro intelectual da África francófona; em Lagos, capital da Nigéria, país africano mais populoso, rico em recursos minerais e provável mercado consumidor para os produtos brasileiros (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

Os resultados alcançados pela política externa brasileira são múltiplos, como exemplo o apoio político da CPLP e União Africana (UA) às posições brasileiras relacionadas com a reforma dos mecanismos de governança global, em especial o Conselho de Segurança da ONU (MIGNON; SANTOS, 2013).

3.3.2 Interesses Geopolíticos no Atlântico Sul

A posição geográfica do Brasil, que tem o formato de uma península que se lança sobre o Atlântico Sul em direção à África, faz com que esse oceano se constitua em uma região essencial para a segurança e a economia brasileiras. A PND considera esse espaço marítimo, juntamente com a costa ocidental da África, inserido no EEB (BRASIL, 2012a). Por conseguinte, a consolidação da paz e do desenvolvimento nessa região tem sido um dos objetivos de nossa política externa. A criação da ZOPACAS foi iniciativa brasileira, estabelecida por resolução da Assembleia Geral da ONU, em 1986 (ONU, 1986).

Contribuindo para aumentar, ainda mais, o interesse brasileiro em direção à África, o Atlântico Sul tem se valorizado do ponto de vista geoestratégico, pois além de ser o caminho natural por onde trafega cerca de 95% de todo o comércio internacional brasileiro, ele se apresenta como nova fronteira de recursos do planeta, graças, principalmente, às atividades petrolíferas *off-shore* que ocorrem em ambos os lados dessa bacia (PENHA, 2000).

O crescimento econômico de diversos países africanos e a crescente importância da economia brasileira no cenário mundial, juntamente com o desenvolvimento do bloco comercial do Mercosul, na margem oeste, aumentam a importância do Atlântico Sul para esses Estados, que buscam seus desenvolvimentos e que dele dependem para tal (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010).

Por outro lado, as ampliações do Canal de Suez, concluída em 2015, e do Canal do Panamá, concluída em 2016, possibilitaram a passagem de navios de maiores dimensões e o aumento do tráfego marítimo por essas passagens interoceânicas. Adicionalmente, o Canal da Nicarágua, em construção por um consórcio chinês e com prontificação prevista para 2020, interligará os oceanos Atlântico e Pacífico (CINTRA *et al*, 2015) (DEUTSCHE WELLE, 2016). Essas novas possibilidades de rotas contribuirão para a redução do tráfego marítimo no Atlântico Sul.

O Brasil busca o estreitamento das relações com os países da costa africana, a fim de desenvolver a construção de uma identidade comum com os países dessa região, tendo em vista que o Atlântico Sul representa uma área de importância geopolítica e econômica (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

O atual estágio de desenvolvimento experimentado pelo Brasil e a busca por se tornar um Estado desenvolvido vão obrigar, cada vez mais, o país a adotar uma postura mais atuante no espaço à sua volta. Esse processo de desenvolvimento é realizado com ações de cooperação com vizinhos sul-americanos e parceiros africanos, colocando o Atlântico Sul

como um espaço para o desenvolvimento de políticas de enlace e intercâmbios entre esses parceiros (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010).

3.3.3 Interesses Comerciais e Parcerias

Com o crescimento econômico e a estabilidade política alcançada pelos países africanos, em especial os lindeiros ao Atlântico Sul, houve um aumento no consumo, gerado pelo fortalecimento da classe média e por demandas de infraestrutura e urbanização a partir da década de 1990. Esse quadro favoreceu a penetração de empresas brasileiras no mercado africano, principalmente das grandes empreiteiras (PENNA FILHO, 2007).

A partir do ano 2000, a diplomacia brasileira se afasta do paradigma puramente assistencialista e adota uma postura de cooperação técnica, visando à reconstrução da infraestrutura logística e produtiva da África. Existem iniciativas nas áreas agrícola, de saúde pública, de ciência e tecnologia, de comércio internacional e de defesa. Inclui, também, a transmissão de conhecimentos, como observado nos programas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), nas áreas de combate à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e às doenças tropicais, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE), na área gerencial, que tem sido relevante para o desenvolvimento do empreendedorismo africano, auxiliando na estruturação de pequenas e médias empresas (MIGON; SANTOS, 2013).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) construiu centros de ensino profissionalizante em diversos países africanos, visando a promoção da industrialização e de políticas de emprego para os jovens (IPEA, 2011).

Além das parcerias citadas acima, a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) destaca-se no setor de pesquisa científica agropecuária e tem realizado diversos

programas de cooperação com países africanos, com o objetivo de melhorar técnicas de cultivo e pastoreio (MIGON; SANTOS, 2013).

As principais empresas brasileiras que atuam no continente africano são as que operam nos setores de infraestrutura, mineração e energia, entre elas Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Odebrecht, Vale e Petrobras, responsáveis por projetos de infraestrutura nos setores de construção de hidrelétricas, rodovias, pontes, aeroportos, exploração mineral e energia (MENEZES, 2013).

A crescente presença brasileira na África tem sido, em grande parte, sustentada com recursos financeiros nacionais, quer sejam públicos, que é a grande maioria, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de empresas estatais, quer sejam privados, de grandes empresas como Vale, Camargo Correia, Odebrecht e Marcopolo. As empresas brasileiras têm evoluído de uma postura de comércio de oportunidade para uma postura de efetiva integração às cadeias produtivas locais, por intermédio de aquisição e fusão com empresas africanas (MIGON; SANTOS, 2013).

A participação do continente africano no comércio exterior brasileiro, em 2015, foi de cerca de 4% do total, o que mostra a existência de um grande potencial de crescimento. Além disso, as exportações brasileiras para os Estados africanos por fator agregado, ao longo dos últimos vinte anos, indicam a predominância de produtos manufaturados, seguidos, em proporção bem menor, pelos produtos básicos de menor valor agregado (BRASIL, 2016). Apesar de percentualmente pequeno, esse comércio é importante para o Brasil, constituindo-se em um importante mercado consumidor para os manufaturados brasileiros.

As investigações em curso na justiça brasileira, no âmbito da operação “Lava-Jato”, sobre casos de corrupção envolvendo as maiores empresas brasileiras, as críticas aos critérios de financiamento do BNDES, bem como a atual crise econômica brasileira poderão ter efeitos negativos nas operações dessas empresas no continente africano.

3.3.4 Interesses na Área de Defesa

As parcerias e acordos, na área de defesa, que o Brasil realiza com países africanos estão relacionadas com interesses geopolíticos e comerciais. O Brasil vem desenvolvendo, já há algum tempo, ações de caráter militar em diversos países da costa ocidental da África: começou por ações de caráter prático como o envio de tropas em missão de paz para Angola, entre 1989 e 1997, até chegar ao desenvolvimento de cooperações de defesa, pesquisa e produção tecnológica, na atualidade (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010).

As missões de Paz realizadas sob a égide da ONU ajudaram a reforçar o papel pacifista e de ponderação que o Brasil deseja transmitir ao mundo, porém o objetivo principal que o país vem buscando é, sem dúvida, equiparar o seu peso político com o seu peso econômico no sistema internacional. Essas ações brasileiras, ao redor do mundo, buscam apoio a interesses geopolíticos, em que a luta pela ampliação do Conselho de Segurança da ONU e a entrada do Brasil como membro permanente é de conhecimento geral. O Atlântico Sul surge para o Brasil como zona propícia para ampliação de sua área de influência, juntamente com a África e a América do Sul, por meio de cooperações em comércio, tecnologia e política, tendo mais facilidade na África por questões de rivalidade que o país mantinha com seus vizinhos sul-americanos (SARAIVA; GALA, [ca. 2000]).

A cooperação brasileira com países africanos na área de defesa tem se tornando uma realidade nos últimos anos, e o Brasil assumiu um protagonismo ao disponibilizar esforços permanentes para estabilizar a região, como o auxílio ao fortalecimento das marinhas africanas, com doações e venda de meios militares, apoio na formação de pessoal nas escolas militares brasileiras e realização de exercícios conjuntos. Nesse contexto, é importante destacar o auxílio da MB na criação da Marinha da Namíbia (LEÃO *et al*, 2016).

Nesse relacionamento com os países africanos, devemos destacar a atuação da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), empresa vinculada à MB, conforme a Lei nº 7.000/1982, que se configura como um eixo analítico para a compreensão dos interesses do Poder Naval brasileiro naquele continente, com a finalidade de: promover a indústria militar naval brasileira; gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pela MB; e promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material militar naval (BAPTISTELLA, 2015).

Foram selecionados quatro países da costa ocidental africana para mostrar a atuação e interesses do Brasil no campo de segurança e defesa: Namíbia, que possui uma das relações mais próximas do Brasil na área de defesa; Angola, que é o segundo maior produtor de petróleo do continente e tem grande importância para a política externa brasileira por ser um país lusófono e participante da CPLP; África do Sul, que possui o terceiro maior PIB e é a economia mais desenvolvida do continente; e Nigéria, por ser o maior produtor de petróleo do continente e o que mais sofre com a insegurança no Golfo da Guiné (LEÃO *et al*, 2016).

A Namíbia é um expoente da cooperação brasileira com as marinhas africanas, uma vez que, em 1994, em uma iniciativa inédita nas relações internacionais brasileiras, por meio do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia (ACNBN), teve sua marinha criada, visando à operacionalidade militar daquele país e com vistas a torná-lo um mercado para a indústria naval brasileira. Competia à MB ajudar na formação da força naval namibiana. O acordo previa o fornecimento de bens e serviços pelo Brasil, o que propiciou a doação de uma corveta e a venda de um navio-patrolha e outras embarcações, para a proteção das águas jurisdicionais namibianas. O Acordo foi renovado, em 2001, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Adicionalmente, pode-se destacar o levantamento da plataforma continental namibiana, realizado pela MB, por meio da EMGEPRON (LEÃO *et al*, 2016).

Após a assinatura do ACNBN, a Namíbia expressou a sua intenção inicial de

adquirir quatro navios-patrolha classe “Grajaú” e que o Brasil construísse a Base Naval de Walvis Bay (BNWB), desejos esses que não se concretizaram totalmente. O principal óbice para a realização desses negócios foi a limitação de recursos por parte da Marinha da Namíbia. As tentativas de se obter financiamento junto ao governo brasileiro não foram acatadas pela equipe econômica. Na avaliação do Ministério da Fazenda, a Namíbia desejava empréstimos concessivos, enquadrados como ajuda econômica, o que descartou o apoio do BNDES à exportação desses bens e serviços. Como consequência, a construção da BNWB foi assumida por uma empresa chinesa, apesar da Diretoria de Obras Civis da MB já ter trabalhado no projeto inicial da base e o Navio Hidrográfico “Sirius” ter realizado os levantamentos necessários à atualização da carta náutica do porto de Walvis Bay, e a Marinha da Namíbia comprou apenas um navio-patrolha em 2004 (SCOFIELD, 2011).

Em 2008, a Marinha da Namíbia solicitou à EMGEPRON uma proposta para fornecimento de três navios-patrolha de 500 toneladas com financiamento. Essa proposta foi respondida ao Ministério da Defesa da Namíbia, apenas em agosto de 2011, após extensas negociações da MB com o BNDES. Logo após, muito provavelmente por conta dessa demora, a Namíbia disse não mais desejar o financiamento e, um ano depois, a Marinha da Namíbia incorporava o NApLog “Elephant”, construído na China (ALMEIDA, 2012).

A perda dessas oportunidades demonstram a não existência de uma política integrada do governo brasileiro que coordenasse todos os setores envolvidos. No caso do ACNBN, ainda que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a MB atuassem de forma coordenada, o mesmo não acontecia com os outros setores do governo, como a área econômica e a de planejamento e orçamento. Assim, a exportação de meios e a prestação de serviços, dentro do escopo do acordo, foram tratadas, apenas, sob um enfoque exclusivamente comercial, sem considerar os aspectos relacionados às políticas externa e de defesa e nem com foco em objetivos de longo prazo (ALMEIDA, 2012).

Essa cooperação tem despertado o interesse internacional, especulando-se, inclusive, a possibilidade de construção de uma base naval avançada do Brasil naquele país africano, no porto de Walvis Bay. Deve-se destacar que tal interesse da mídia internacional revela uma observação constante das ações brasileiras no continente africano (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010).

Angola sempre teve fortes relações com o Brasil e que foram fortalecidas após a independência angolana, em 1974, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecê-la. Em 2010, Brasil e Angola assinaram a Declaração de Parceria Estratégica, que prevê o alinhamento político, cooperação técnica e integração econômica, sendo a linha de crédito do BNDES um mecanismo de consolidação do Brasil no mercado angolano (LEÃO *et al*, 2016).

Em setembro de 2014, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola (PRONAVAL). Esse programa foi idealizado pela EMGEPRON e foi formalizado junto às autoridades angolanas com a interveniência do Ministério da Defesa brasileiro. Basicamente, o programa previa assessoria técnica, fornecimento de equipamentos, qualificação de pessoal, desenvolvimento de projetos, capacitação de recursos humanos na área de construção naval, desenvolvimento de um estaleiro e a construção de sete navios-patrolha. Em dezembro de 2014, o Ministério da Defesa angolano denunciou o memorando de entendimento do PRONAVAL, a princípio por motivos econômicos devido à queda do preço do petróleo no mercado internacional. Sem querer especular sobre as razões da interrupção abrupta do PRONAVAL, o fato é que o presidente angolano recorreu à China para negociar novos financiamentos para infraestrutura e suporte orçamentário (BAPTISTELLA, 2015).

A cooperação com a África do Sul, na área de defesa, tem sido pautada pela pesquisa e desenvolvimento de equipamentos de última geração para emprego militar, com alto valor agregado, unindo pesquisas desenvolvidas pelos dois países. Tais estudos visam capacitar os dois países na fabricação de equipamentos que, atualmente, estão disponíveis

somente em países centrais e demonstram a via independente na busca por tecnologias (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010).

A África do Sul possui uma base industrial de defesa bastante ativa. Sua experiência na produção e adaptação de equipamentos bélicos e os conhecimentos adquiridos com Israel na área de defesa interessam ao Brasil, que busca dividir os custos de diversos projetos e ter acesso a tecnologias sensíveis. Nos últimos anos, o Brasil tem desenvolvido parcerias, principalmente, no desenvolvimento de mísseis, sistemas de radares e veículos não tripulados. Entre os equipamentos desenvolvidos em conjunto, destaca-se o míssil ar-ar de quinta geração A-Darter. A manutenção dessa parceria tende a ser promissora para o Brasil, que busca maior independência no setor de defesa (TEIXEIRA; ANSELMO, 2010).

Com relação à Nigéria, o Brasil possui um acordo de cooperação na área de defesa desde 2010, visando estreitar relações entre a MB e a marinha nigeriana, especialmente na área de projetos navais, por meio da EMGEPRON (PORTAL BRASIL, 2010).

A atual conjuntura econômica da Nigéria, combinada com a possibilidade de barganha de apoio de potências como EUA, Reino Unido, França e China no fornecimento de equipamentos militares, faz com que não haja interesse manifesto do governo nigeriano em realizar grandes gastos em defesa. O Brasil tem apresentado diversas propostas de cursos no país para militares nigerianos e a possibilidade de ativação de um Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais na Nigéria, porém não tem tido a resposta esperada (VELLOSO, 2014). Apesar dos países africanos desejarem o auxílio na formação de suas marinhas, os custos de obtenção de meios e capacitação de pessoal são um fator limitador, e eles têm solicitado ao Brasil que arque com o ônus. Para a Nigéria, a situação é ainda mais complexa devido à corrupção de seus governantes e às ações de contenção do grupo radical islâmico Boko Haram (LEÃO *et al*, 2016).

3.4 Conclusão Parcial

De maneira geral, a política externa brasileira demonstra a capacidade governamental de manter um projeto de longo prazo no relacionamento com o continente africano, contribuindo para a projeção do Brasil no sistema internacional e junto aos países em desenvolvimento, na tentativa para democratizar as relações internacionais. A criação da ZOPACAS, no Atlântico Sul, foi o marco mais nítido do esforço da diplomacia brasileira em definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira para a região.

O comércio afro-brasileiro, apesar de representar uma pequena participação do total do comércio externo do Brasil, tem uma grande importância, pois a predominância de produtos manufaturados nas exportações brasileiras para aquele continente faz da África um importante mercado consumidor para os nossos produtos industrializados, em um mundo no qual a concorrência por mercado para esse tipo de produto está cada vez mais acirrada.

As marinhas africanas não possuem pessoal capacitado e nem os meios necessários para garantir a segurança na região. Faz-se necessária a presença de marinhas de países de fora da região, surgindo a oportunidade para a MB cooperar e contribuir para o fortalecimento das marinhas africanas e, conseqüentemente, para a estabilização dessa região, contribuindo, assim, para a projeção do Brasil no cenário internacional.

Dessa forma, para contribuir com o processo de desenvolvimento político, econômico e social do Brasil, bem como intensificar sua projeção no concerto das nações e sua inserção nos processos decisórios internacionais, é fundamental continuar ampliando a cooperação com os países do EEB, em especial os da costa ocidental da África.

4 CONFLITOS DE INTERESSES NA COSTA OESTE AFRICANA

Neste capítulo, serão identificados possíveis conflitos de interesses entre a RPC e o Brasil, na costa oeste africana, a fim de cumprir o quarto objetivo específico do trabalho.

O conceito de EEB, definido no capítulo três como a região que o Brasil quer irradiar sua influência e liderança diplomática, militar e econômica, é, por si só, conflitante com qualquer outro Estado que tenha esses mesmos interesses sobre essa região.

Inicialmente, ao se abordar o tema de competição entre o Brasil e a China na África, deve-se observar que o Brasil adota uma política de respeito aos princípios de autodeterminação, não intervenção e não ingerência nos processos políticos internos de cada país. O Brasil, também, não pratica uma política de imposição de valores ou condicionantes políticas. Dessa forma, pode-se dizer que o Brasil pratica uma política convergente com os cinco princípios da coexistência pacífica que, desde 1954, norteia a política externa chinesa (MENEZES, 2013). Embora, em tese, a observação feita pelo Diplomata Menezes seja verdadeira, tem-se observado que a China, diferentemente do Brasil, não discrimina os países por conta de suas políticas domésticas. Acusações de desrespeito aos direitos humanos ou corrupção, que muitas vezes impedem países ocidentais, como o Brasil, de se relacionar comercialmente, não são motivos para a China deixar de realizar negócios. Essa prática tem trazido enorme vantagem para as firmas chinesas, que acabam enfrentando menor concorrência nesses países, inclusive com a venda de armas para países em zonas de conflitos deflagrados (ALVES, 2010).

A China insere-se no continente africano atestando o vigor de sua economia. Dessa forma, passa a ser promissora alternativa de cooperação e comércio em relação às potências tradicionais e expande a sua presença: existe um grande número de chineses vivendo na África; empresas chinesas fazem prospecções no fundo marítimo africano; a China é o maior exportador de armas para a África subsaariana (MATOS; SOUZA, 2015).

Por sua vez, o Brasil vem fortalecendo suas relações com a África no século XXI, sob o diálogo Sul-Sul. Tal empreendimento tem componentes econômico, militar e político, destacando-se as relações com Angola, Nigéria, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Há parcerias e investimentos diretos nos setores petrolífero, de extração de recursos minerais, agrícola, de defesa e de educação (MATOS; SOUZA, 2015).

A forte presença da RPC no continente africano tem se caracterizado por um fluxo comercial em expansão (TAB.2, ANEXO B), vultosos investimentos, participação de grandes empresas chinesas, na maioria estatais, em projetos de grande porte, sobretudo nos setores de infraestrutura, extração de recursos naturais e energia (MENEZES, 2013). É lógico que uma das consequências desse fato é o aumento da competição no campo econômico e, conseqüentemente, dos conflitos de interesses.

Segundo o Professor William Gonçalves (2010), o continente africano se apresenta como uma região de intensa disputa de interesses, onde a RPC vem investindo uma extraordinária soma de recursos financeiros, e que tem assombrado as potências ocidentais, como EUA, França e Reino Unido, que estão perdendo influência sobre a África.

4.1 Disputas por Mercados de Produtos Manufaturados

Além dos setores de mineração, infraestrutura e energia, inicialmente vistos como os de maior competição, tem sido constatado o aumento da competição em outros setores, como a disputa por mercado de produtos manufaturados. A China tem inundado a África com produtos manufaturados de todo tipo, baratos e de baixa qualidade, competindo com as exportações brasileiras para aquele continente, que são, predominantemente, de manufaturados de pequeno valor agregado. Dessa forma, a RPC tem sido uma das responsáveis pela diminuição de mercado consumidor para os produtos manufaturados

brasileiros, ao mesmo tempo em que exerce uma forte pressão com sua grande demanda por matérias-primas e produtos agrícolas, compelindo o país para o setor do agronegócio, e contribuindo para a desindustrialização do Brasil e reprimarização de suas exportações (SOL, 2017) (PADILHA, 2015) (TAB. 5, ANEXO E).

Mesmo no caso de manufaturados de maior valor agregado, a concorrência chinesa está aumentando. Podemos citar os casos das empresas brasileiras Marcopolo, que fabrica carrocerias de ônibus, e a WEG, fabricante de motores elétricos, que construíram fábricas na África do Sul para atenderem o continente africano. Ambas as empresas já enfrentam uma concorrência crescente das empresas chinesas, porém ainda possuem boa competitividade, em virtude da qualidade de seus produtos¹⁸.

4.2 Concorrência nos Setores de Mineração, Energia, Construção Civil e Infraestrutura

Com relação aos setores de mineração, energia e de construção civil, onde existem grandes empresas chinesas e brasileiras operando no continente africano, naturalmente se estabelece uma situação de concorrência, sendo provável o acirramento das disputas (MENEZES, 2013). Como exemplos de disputas nesses setores, podemos citar que, em 2005, a Odebrecht perdeu a obra de reforma do aeroporto de Luanda e de outras obras de infraestrutura em Angola para a China, em virtude da realização de um empréstimo chinês de US\$ 2 bilhões para aquele país, com a condição de que só poderia ser aplicado em obras realizadas por empresas chinesas. Em 2006, após ter investido mais de US\$ 15 milhões no Gabão, a Vale perdeu, para os chineses, o direito de explorar a mina de Belinga, considerada a maior jazida inexplorada de minério de ferro do mundo. Também em 2006, a PETROBRAS foi vencida pela chinesa Sinopec pelo direito de explorar um campo de petróleo em Angola. A

¹⁸ Cf Artigo Brics competem para ganhar terreno na África. Sítio BBC Brasil, 26 mar. 2013. Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/03/130326_brics_rc/>. Acesso em: 29 abr. 2017.

estatal brasileira continuou participando do negócio, porém com uma participação menor, devido à sua tecnologia de perfuração em águas profundas¹⁹. Em 2011, a Odebrecht perdeu para a empresa chinesa *Anhui Foreign Economic Construction* a disputa pela construção do novo aeroporto de Maputo, capital de Moçambique²⁰.

Um fator favorável às empresas brasileiras, ao contrário das chinesas, nessa disputa por mercados na África é a contratação de mão de obra local, com o treinamento e a qualificação desses trabalhadores (GOÉS, 2014).

Contudo, de acordo com Penha (2011), o Brasil perdeu espaço no continente africano para potências como China e Índia, que passaram a competir em setores em que o Brasil se destacava, como infraestrutura e serviços.

Apesar do crescimento acelerado na última década, ainda há um potencial razoável para o crescimento do intercâmbio comercial sino-africano. Tomando o ano de 2010 como referência, o comércio com a Ásia representou 53% do comércio total chinês; com a Europa, 19%; com a América do Norte, 14%; com a América Latina, 6%; com a África, 4%; e com a Oceania, 3% (MENEZES, 2013). Caso o comércio sino-africano continue a crescer, haverá o acirramento da concorrência comercial com o Brasil.

4.3 Conflitos de Interesses na Área de Defesa

A China tem aprofundado significativamente as suas relações, na área de defesa, com os países da costa ocidental africana, em especial a partir de 2005 com o início da venda de aeronaves de combate para esses países (AFT, 2010). Esse relacionamento na área militar tem objetivos que vão além dos aspectos econômicos, focando em construir laços de

¹⁹ Cf GASPAR, Malu. Artigo A Nova Ameaça Chinesa. Sítio defesanet, 25 jan. 2007. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/africa/noticia/17931/A-nova-ameaca-chinesa/>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

²⁰ Cf GÓES, Francisco. Artigo Empreiteiras Competem com Chinesas na África. Sítio defesanet, 24 jun. 2014. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/brasilchina/noticia/15767/Empreiteiras-competem-com-chinesas-na-Africa/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

confiança e, assim, ampliar as relações comerciais e garantir o acesso aos recursos naturais.

Em sua busca por recursos naturais, a China tem apoiado, indiscriminadamente, governantes autoritários de países africanos, em detrimento dos interesses da sociedade local. Ao apoiar e financiar a militarização desses regimes, a RPC contribui para o aumento da instabilidade da região. A percepção dessa maior instabilidade contribui para que outras potências exógenas ao Atlântico Sul, como EUA, Reino Unido e França, também aumentem a sua presença militar na região. Isso contribui para o incremento da instabilidade no continente e no Atlântico Sul, contrariando os interesses brasileiros e a orientação da ZOPACAS (ALMEIDA, 2012).

A costa ocidental africana e o Atlântico Sul constituem uma região de importância geoestratégica para o Brasil. A manutenção de um ambiente de paz e cooperação nessa área atende aos interesses brasileiros, na medida em que contribui para a segurança e preservação de suas atividades econômicas (BRASIL, 2012a). Contudo, a tendência tem sido de aumento da presença de potências exógenas à região, o que poderá gerar efeitos negativos sobre a estabilidade e segurança regionais.

Embora a principal influência chinesa na África seja no aspecto econômico, a cooperação militar sino-africana tem progredido muito, inclusive com o fornecimento de armamentos, equipamentos e meios. As Forças Armadas de diversos países têm recebido ofertas de equipamentos da China, com condições vantajosas de financiamento. No caso da Namíbia, a aquisição do NApLog “Elephant” e a intenção de comprar mais três navios chineses (DEFENSE WEB, 2012) põe em xeque o futuro do ACNBN, pois, a partir da venda desses meios, a Namíbia aumentou a cooperação com a China e criou uma relação de dependência duradoura, no que se refere ao fornecimento de sobressalentes e apoio técnico para manutenção (ALMEIDA, 2012).

A recente aquisição de meios chineses, a custos reduzidos, pela Namíbia e Nigéria

(DEFENSE WEB, 2015) pode refletir uma tendência para os demais países do continente e ser preocupante para o Brasil e a MB. Atualmente, a Namíbia desenvolve um programa para modernização de suas Forças, no valor de U\$ 440 milhões, dos quais a maior parte dos meios deverão ser adquiridos da China (DEFENSE WEB, 2017). Na medida em que as vantagens oferecidas pela RPC dificilmente poderão ser suplantadas, reduz-se a possibilidade de compra de meios e equipamentos brasileiros, bem como dificulta a expansão de parcerias, semelhantes ao ACNBN, com outros países de interesse do continente africano. Torna-se fundamental buscar alternativas que aumentem a atratividade desse tipo de acordo, frente à nova concorrência chinesa (ALMEIDA, 2012).

4.4 Conclusão Parcial

Constata-se que a presença chinesa na África tem gerado diversas disputas com o Brasil e prejudicado os interesses brasileiros na costa ocidental africana. Apesar de haver uma certa complementaridade econômica-comercial nas relações bilaterais Brasil-China na área de recursos naturais e produção de alimentos, nas quais o Brasil atende à demanda chinesa, como coloca o diplomata Menezes, está havendo concorrências, no continente africano, por mercado consumidor, seja nos setores de manufaturados, de construção de infraestrutura, de extração de recursos minerais, de energia e de produtos de defesa. Embora essas disputas econômicas ainda não estejam em um nível tão elevado, a tendência é que essas disputas se acirrem com o incremento da presença chinesa e o aumento do fluxo comercial entre a China e a África.

Um fator favorável às empresas brasileiras que operam na África, em comparação com a prática chinesa de importar a própria mão de obra, é a contratação de trabalhadores locais, compreendendo o treinamento e a qualificação desses trabalhadores.

É fato que, em tese, a diplomacia brasileira, em razão das relações históricas e culturais, possui maior capacidade de influenciar os governantes e a opinião pública dos países africanos de interesse, quando comparada à diplomacia chinesa, que possui cultura e língua extremamente diferentes da africana.

Contudo, observa-se que o poder econômico chinês tem sido o fator preponderante no convencimento das elites governantes africanas. Isso ficou comprovado com o cancelamento do contrato de aquisição de três navios-patrolha brasileiros, em troca da aquisição do navio de apoio logístico chinês pela Namíbia, e pela perda de contratos pela Odebrecht em Angola.

Com interesses cada vez maiores nos países da costa ocidental africana, como mostrado no capítulo dois, existe a possibilidade da RPC fazer uso do porto de Walvis Bay como base militar ou para apoio logístico, a fim de proteger as LCM de seu interesse, já que existe um fluxo comercial crescente de produtos dessa região para a China, incluindo o petróleo. Caso esse fato se confirme, seria uma perda de influência muito grande para o Brasil, que há mais de duas décadas desenvolve cooperação com a Namíbia na área de Defesa.

Além desse aspecto geopolítico, a redução desse importante mercado consumidor de equipamentos militares para o Brasil, como o cancelamento da compra dos navios-patrolha pela Namíbia e o cancelamento do PRONAVAL por Angola, dificultam a consolidação da indústria de defesa brasileira, especialmente da indústria naval.

5 AÇÕES SUGERIDAS

No capítulo quatro, foram analisados os principais conflitos de interesses do Brasil e da RPC no continente africano, em especial na sua costa ocidental. Para cumprir o quinto objetivo específico deste trabalho, serão sugeridas, neste capítulo, ações que possam beneficiar os interesses do Brasil e da MB na região.

A vulnerabilidade do continente africano se deve, em grande parte, à instabilidade política de seus países, além de fatores socioeconômicos de parcela de sua população que vive em um cenário de miséria e desigualdade social profunda. Considerando que a costa ocidental africana faz parte do EEB, é do interesse do Brasil a proteção e construção de políticas de defesa na África litorânea, fomentando o desenvolvimento da região e a edificação de uma identidade na área de defesa do Atlântico Sul, empregada pelos próprios países da região, sem intervenções estrangeiras (LEÃO *et al*, 2016).

Para o Brasil acelerar e maximizar o seu processo de desenvolvimento econômico e social, será necessária a ampliação das relações diplomáticas e comerciais com os países do seu EEB, em especial os países africanos, litorâneos ao Atlântico Sul, mediante a formulação de políticas que garantam o incremento e a consolidação dos fluxos comerciais e de cooperação de benefícios mútuos. Deve-se buscar relações diplomáticas, comerciais e de cooperação com foco em objetivos de longo prazo, almejando a construção de confiança e identidade com o continente africano.

A cooperação com os países africanos apresenta-se como elemento-chave para o Brasil, como uma oportunidade de transformar situações e condições semelhantes, ainda que muitas vezes negativas, em oportunidades de cooperação e benefício mútuo (RIBEIRO, 2007).

Para que ocorra a ampliação das relações diplomáticas e comerciais com o

continente africano, é fundamental que haja uma definição clara da política externa brasileira para a África e uma ação coordenada e integrada de todos os setores governamentais na sua execução, de modo a influenciar e motivar o setor privado a acreditar e participar ativamente desse processo.

5.1 Uma Política Externa Coordenada e Integrada para a África

É recomendável a execução de uma política externa brasileira, que integre e coordene todos os setores envolvidos, capaz de aprofundar os vínculos diplomáticos e comerciais com a os países da costa ocidental da África, visando objetivos de longo prazo.

Pode-se conceituar política externa como o conjunto de atividades políticas mediante as quais cada estado promove seus interesses frente a outros estados. Nesse sentido, a política externa está vinculada ao nível Estado-Nação, tendo por referência os objetivos e as estratégias que, por meio do governo, determinado país busca realizar seus interesses frente ao sistema internacional, respondendo a demandas de ordem doméstica e internacional (RIBEIRO, 2007).

Comparando-se as atuais políticas chinesa e brasileira para a África, descritas nos capítulos dois e três, conclui-se que a RPC se beneficiou da ação coordenada dos diversos setores do seu governo, para ampliar a sua presença no continente africano.

No caso da RPC, ficou claro o papel central do governo chinês, coordenando todas as ações de sua política externa e integrando todos os setores envolvidos como ministérios, bancos estatais, empresas estatais e privadas, visando a favorecer e resguardar o interesse chinês. Assim, quando uma companhia chinesa se apresentava ou concorria para a realização de alguma obra em um país africano, como exemplo a construção de uma ferrovia, já havia outra companhia chinesa apresentando proposta de venda de trens relacionada àquela

obra, e ambas contavam com o apoio e garantia do governo chinês e com financiamento de longo prazo, a uma taxa de juros competitiva, oferecido pelo banco estatal.

No caso brasileiro, essa integração raramente acontece. Para que nossas empresas tenham condições de vencer essa competição internacional, é necessária uma ação mais assertiva do governo brasileiro, em especial do MRE, a fim de coordenar os diversos setores governamentais, como Casa Civil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, BNDES e as empresas, estatais ou privadas, envolvidas em cada caso, facilitando todos os trâmites burocráticos e demonstrando a garantia do Estado brasileiro em apoio às mesmas. Segundo Ribeiro (2007), a política externa do Brasil para a África deve levar em conta as variáveis políticas e não apenas as econômicas. Certamente, a execução de uma política para a África pelo governo brasileiro, coordenada e integrada, daria mais competitividade para os produtos e serviços nacionais e, conseqüentemente, ajudaria a ampliar sua presença no continente africano, em especial na sua costa ocidental.

Além disso, ficou comprovada a utilização do FOCAC como mecanismo multilateral de fomento às relações comerciais e não apenas um mero fórum diplomático (ALMEIDA, 2012). Sugere-se que o Brasil proponha ações mais concretas, no campo da cooperação econômica e comercial, no âmbito dos organismos multilaterais dos quais participa, como a ZOPACAS e CPLP, ou a criação de outro fórum específico com essa finalidade, envolvendo o Brasil e os países do continente africano de interesse.

5.2 Ações de Cooperação na Área de Defesa

A segurança no continente africano e no Atlântico Sul sofre constantes ameaças por causa da instabilidade política de alguns países africanos, seja na forma de conflitos étnicos, religiosos, pirataria ou crimes transnacionais. Para fazer frente a essas ameaças, no

ambiente marítimo, é necessário que esses países, em especial os da costa ocidental, desenvolvam a consciência situacional marítima, que pode ser alcançada pelo monitoramento de suas águas jurisdicionais e pela manutenção de forças navais em condições de atuar na região, seja individualmente, seja compondo forças multinacionais. A incapacidade dos países africanos fazerem frente a essas ameaças tem sido suprida pela constante presença de forças navais de potências exógenas ao Atlântico Sul, especialmente dos EUA, Reino Unido e França (ALMEIDA, 2012).

As carências dos países africanos de estruturas para o monitoramento e controle de tráfego marítimo e de Autoridade Marítima, aliada às experiências brasileiras, já consolidadas, com o Comando do Controle do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) e da Autoridade Marítima Brasileira, poderiam estimular iniciativas de cooperação nessas duas áreas, que reforçariam a presença da MB no continente africano (BAPTISTELLA, 2015).

A MB pode ter uma significativa participação na contribuição para o monitoramento dessa região, atuando como integradora dos sistemas de acompanhamento do tráfego marítimo no Atlântico Sul, intensificando a troca de informações e estimulando outros países a se incorporarem aos sistemas existentes, como foi o caso da Namíbia, que se incorporou ao Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT- *Long-Range Identification and Tracking of Ships*) em 2012, a convite da MB (ALMEIDA, 2012).

Com relação à participação da MB para compor forças multinacionais que venham a ser formadas, sob a égide da ONU, para manter a segurança no Atlântico Sul, é importante que o Brasil esteja em condições de integrar essas forças, caso seja solicitado. Caso venha a declinar da participação dessas forças, o Brasil estará assumindo a possibilidade de redução de sua influência na região e de suas pretensões de maior inserção no sistema internacional, como potência regional, bem como de ter voz ativa em futuras decisões sobre o

destino da região (ALMEIDA, 2012).

O Brasil tem procurado apoiar as marinhas africanas, auxiliando na formação e no treinamento de militares nas instituições de ensino da MB. Além disso, participa, juntamente com outros países, como Portugal, de ações que visam a cooperação militar na região, especialmente no âmbito da CPLP, sendo a língua um fator de força para a criação de identidade, não só na área de defesa, mas em outros setores estratégicos (LEÃO *et al*, 2016).

Contudo, esse esforço não foi traduzido, na mesma proporção, na venda de equipamentos e meios militares. Como exemplo, a venda de três navios-patrolha de 500 toneladas para a Namíbia poderia não ter sido cancelada, e as negociações terem um outro desfecho, caso houvesse uma maior convergência de propósitos dos setores econômicos e de planejamento com os de defesa e diplomático (ALMEIDA, 2012).

Essas ações, caso contassem com o apoio mais efetivo do governo federal e das outras áreas governamentais, poderiam ser mais amplas e profundas. É necessária uma ação mais afirmativa por parte das Forças e do MD, junto ao Poder Executivo, para envolver as outras áreas governamentais, a fim de que essas ações sejam vistas como ações do Estado brasileiro e não apenas da MB ou de outra Força Singular.

É de suma importância que o Brasil mantenha seus esforços permanentes para estabilizar a região, como o auxílio prestado para o fortalecimento das marinhas africanas. Iniciativas como o ACNBN, somadas à experiência conquistada com as Missões Navais, são exemplos que reforçam a imagem, a aceitação e a influência que a MB tem perante os países da costa ocidental africana.

Sugere-se a intensificação de apoio à formação de Oficiais e Praças dos países africanos de interesse do Brasil, nas escolas de formação militar brasileiras, não só da MB, mas, também, das outras Forças Singulares, bem como o incremento do número de instrutores brasileiros nas escolas de formação dos países africanos.

Sugere-se ampliar o número de Missões Navais nos países africanos de interesse. Atualmente existem Missões Navais na Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Sugere-se o incremento de exercícios conjuntos com as marinhas dos países da costa ocidental, como forma de mostrar bandeira e aumentar os laços com aquelas marinhas, bem como mitigar a constante presença de navios de marinhas de países exógenos à região.

5.3 Outras Ações de Cooperação

A fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos países do EEB na África, através da transferência de tecnologia e conhecimentos em diversas áreas como saúde pública, agricultura e comércio, é recomendável incrementar as relações de cooperação por meio de entidades governamentais como FIOCRUZ, Embrapa, SEBRAE e SENAI.

Para a ampliação das relações Brasil-África, é importante o desenvolvimento de cooperação com os países de interesse brasileiro no continente africano, seja na área de defesa ou em outras áreas, em termos de criação de identidade comum entre o Brasil e a África. Ao contrário das outras potências estrangeiras, o Brasil é aceito e bem visto pelos países africanos, seja pela história comum de ex-colônias, seja pela proximidade cultural. Para a manutenção e incremento desse fator de força, é necessário que essas cooperações sejam feitas de modo que os países africanos sintam-se respeitados, participantes e responsáveis pelas políticas e decisões sobre o seu continente, e não apenas como recebedores de uma doação, como acontece na maioria das relações com potências estrangeiras.

6 CONCLUSÃO

De acordo com sua PDN, o Brasil atribui prioridade aos países da costa ocidental da África e tem investido esforços e recursos para aumentar sua influência na região, confirmando a relevância deste trabalho. Em conflito com os interesses brasileiros, o interesse geopolítico chinês no continente africano é assegurar o acesso aos recursos naturais, especialmente petróleo, e mercado consumidor para seus produtos manufaturados por meio da força de sua economia, indispensáveis ao seu projeto de desenvolvimento e crescimento econômico.

Analisando os interesses políticos e econômicos da RPC e do Brasil, constata-se que a presença chinesa na África tem gerado diversas disputas com o Brasil e prejudicado os interesses brasileiros na costa ocidental africana, respondendo ao primeiro questionamento formulado na introdução. Apesar de haver uma certa complementaridade econômica-comercial nas relações bilaterais Brasil-China, está havendo concorrências, no continente africano, por mercado consumidor nos setores de manufaturados, de construção de infraestrutura, de extração de recursos naturais, de energia e de produtos de defesa. Embora essas disputas econômicas ainda não estejam em um nível tão acirrado, várias empresas brasileiras já perderam concorrências para empresas da RPC e a tendência é que essas disputas se intensifiquem com o incremento da presença chinesa e o aumento do fluxo comercial entre a China e a África.

Observa-se que, na atual política chinesa para a África, a agenda econômica superou a política, a fim de suprir as necessidades de matérias-primas e fontes de energia daquela potência asiática. Na busca para assegurar a sua segurança energética, bem como o acesso aos recursos naturais africanos, a China tem se associado a regimes autoritários e democracias frágeis, contribuindo para a perpetuação dessas elites governantes no poder,

muitas vezes indo de encontro aos desejos das populações locais. A consequência é o crescimento da instabilidade interna desses países e, por conseguinte, da segurança regional.

Para garantir o acesso a esses recursos naturais, a RPC executa uma política muito bem estruturada e integrada, contemplando todos os setores envolvidos como ministérios, bancos estatais, empresas estatais e privadas, e representantes diplomáticos, conforme uma estratégia bem definida.

Com o crescimento econômico, a China aumentou o fluxo de seu comércio internacional, inclusive no Atlântico Sul, com o aumento das relações comerciais com o continente africano. Quanto mais integrada for sua economia ao sistema internacional, maior será a dependência de suas LCM. A consciência dessa dependência e de sua vulnerabilidade fez com que a RPC criasse estratégias para garantir a segurança de seu comércio, como *One Belt One Road*, a versão moderna da antiga Rota da Seda, e o Colar de Pérolas, expandindo suas bases e portos de apoio para o Oceano Índico. Adicionalmente, a China tem buscado modernizar e desenvolver sua marinha para um patamar compatível com sua estatura econômica e política, evoluindo sua estratégia naval para a estratégia “*far-sea operations*”, a fim de defender seus interesses ultramarinos e suas LCM.

Para contribuir com o processo de desenvolvimento político, econômico e social do Brasil, bem como intensificar sua projeção no concerto das nações e sua inserção nos processos decisórios internacionais, é fundamental continuar ampliando as relações comerciais e de cooperação com os países do EEB, em especial os da costa ocidental da África. A MB tem um papel importante no processo de estabilização e segurança da região, auxiliando no fortalecimento das marinhas desses países.

Um fator favorável à diplomacia e às empresas brasileiras que operam na África, além dos laços culturais históricos, é a contratação de trabalhadores locais, tendo em vista que a sociedade africana está se mobilizando contra a prática chinesa de importar a própria mão-

de-obra. Contudo, observa-se que o poder econômico chinês tem sido o fator preponderante no convencimento das elites governantes africanas.

Para responder ao segundo questionamento apresentado e finalizar este trabalho, são propostas ações para ampliar as relações entre o Brasil e os países da costa oeste africana, apesar da expansão da presença chinesa no continente. A primeira proposta é a execução de uma política externa coordenada e integrada para a África, coordenando todos os setores envolvidos, com objetivos políticos e não apenas econômicos, e com foco no longo prazo.

A segunda proposta é constituída por iniciativas na área de defesa, como: contribuir para o incremento da consciência situacional marítima dos países da região, aproveitando a experiência brasileira com o COMCOMTRAM e a Autoridade Marítima; intensificar o apoio à formação de militares desses países de interesse, nas escolas militares brasileiras; ampliar o número de Missões Navais e dos acordos bilaterais de cooperação com os países de interesse; e incrementar a realização de exercícios conjuntos com as marinhas dos países da costa ocidental africana.

A terceira proposta compreende ações que visam ao desenvolvimento dos países do EEB na África, nas áreas de agricultura, saúde pública e comércio, por meio da transferência de tecnologia e conhecimentos, com a sugestão de incrementar os acordos de cooperação bilaterais com esses países, com a participação da FIOCRUZ, Embrapa, SEBRAE e SENAI.

Para a ampliação das relações Brasil-África e criação de uma identidade comum, é necessário que essas relações sejam feitas visando ao benefício mútuo, de modo que os países africanos sintam-se respeitados, participantes e responsáveis pelas políticas e decisões sobre o seu continente, e não apenas como recebedores de uma doação, como acontece na maioria das relações com potências estrangeiras.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes. **O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa entre Brasil e África**. In: NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo. *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: IPEA, 2014.

ADEM, Seifudein. *Diplomacy in Eastern and Southern Africa*. New York: Routledge, 2013.

AIR FORCE TECHNOLOGY (AFT). *J-7F-7 Fighter Aircraft China 2010*. Disponível em: <<http://www.airforce-tehnology.com/projects/j7f7fighteraircraft>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

ALDEN, Chris. **China em África: Partner, Competitor or Hegemon**. Londres: Zed Books, 2007.

ALMEIDA, Cláudio H. Mello de. **A Presença da China na Costa Ocidental da África - O Caso da Namíbia**: implicações para o poder naval brasileiro. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2012/4CPEM12%20MONO%20MELLO.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

ALVES, André G. M. Pineli. Os Interesses Econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília, n. 1, jan./mar., 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4751/1/BEPI_n1_interesses.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

ANSHAN, L. *China and Africa: policy and challenges*. **China Security**, vol. 3, n. 3, p. 69-93, 2007.

BADER, Jeffrey A. *How Xi Jinping Sees the World... and Why*. Brookings, Washington D.C., fev.2016. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/Research/Files/Papers/2016/02/xi-jinping-worldview-bader/xi_jinping_worldview_bader.pdf?la=en>. Acesso em: 12mar. 2017.

BANCO MUNDIAL, **Countries**. World Bank Group: Washington D.C., 28 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/china>>. Acesso em: 07 maio 2017.

BAPTISTELLA, Luis Fernando. **A Presença da China na Costa Ocidental da África**: Implicações para o Poder Naval Brasileiro. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12mar. 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b.

_____. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. Brasília, DF, 2015.

_____. **África: Intercâmbio Comercial com o Brasil**, 2016. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2016**. Londres, 2016. Disponível em: <www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf#page11>. Acesso em: 27 maio 2017.

CINTRA, Marcos A. M. et al. **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CHINA, República Popular da. **China's African Policy. Forum on China-Africa Cooperation**. 12 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zt/zgdfzccwj/t230479.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **China's National Defense in 2010**. The Information Office of State Council. Beijing, maio 2015. Disponível em: <http://www.nti.org/media/pdfs/1_1a.pdf?_=1316627912>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **The Socialist Legal System with Chinese Characteristics**. The Information Office of State Council. Beijing, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.china.org.cn/governmentwhitepaper/node_713666.htm>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **China's International Strategy Review, 2013**. Beijing: Center for Information and Strategic Studies, Universidade de Beijing, Editora Foreign Languages Press, 2013a. Disponível em: <<http://em.iiss.pku.cn/research/discuss/2013/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **The Diversified Employment of China's Armed Forces, 2013**. The Information Office of State Council. Beijing, abr. 2013b. Disponível em: <http://www.nti.org/media/pdfs/China_White_Paper_2013.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **China's Military Strategy, 2015**. The Information Office of State Council. Beijing, maio 2015. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2015-05/26/content_20820628.htm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **The Right to Development: China's Philosophy, Practise and Contribution, 2016**. The Information Office of State Council. Beijing, dez 2016. Disponível em: <http://News.xihuanet.com/english/china/2016-12/01/c_135873721.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: The Geography of International Relations**. Nova Iorque: Rowan e Littlefield, 2015.

DEFENCE WEB. **Namibia Navy to auction long-serving warship**. Johannesburg, 19 out. 2012. Disponível em:

<http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=28163:namibia-navy-to-auction-long-serving-warship&catid=51:Sea&Itemid=106>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. *Nigerian Navy commissions four new Ships*. Johannesburg, 20 fev. 2015. Disponível em: <http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=38090:nigerian-navy-commissions-four-newwarships&catid=51:Sea&Itemid=106>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. *Namibia forced to cancel Chinese arms contract*. Johannesburg, 28 abr. 2017. Disponível em: <http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=47623:namibia-forced-to-cancel-chinese-arms-contract&catid=56:diplomacy-a-peace&Itemid=111>. Acesso em: 23 maio 2017.

DEUTSCHE WELLE. **Inaugurada ampliação do Canal do Panamá**. Berlim, 26 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/inaugurada-ampliação-do-canal-do-panamá/a-19358468>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

DEVONSHIRE-ELLIS, Chris. *China's String of Pearls Strategy*. China Briefing, 18 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.china-briefing.com/news/2009/03/18/china%E2%80%99s-string-of-pearls-strategy.html>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - EUA. *Central Intelligence Agency. East & Southeast Asia: China*. Washington, D.C., 2016. Disponível em: <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. *Annual Report to Congress: Military and Security Involving People's Republic of China* 2017. Washington, D.C., Department of Defense, 2017. Disponível em: <http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FARHAOUI, F. *China's Strategic Military Goal in Namibia-Analysis*. *Eurasia Review*, 07 jul. 16. Disponível em: <<http://www.eurasiareview.com/07072016-chinas-strategic-military-goal-in-namibia-analysis>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255p.

FRANÇA. *Ministère de la Defense. Les Forces Françaises Prépositionnées*, 2016. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/content/download/466302/7428994/DOSSIER-%20-%20Forces%20prépositionnées.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

FIORI, José Luís. **A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da Bacia do Atlântico Sul**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/atividades/redirect/8750>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FRIEDMAN, George. *The Geopolitics of China: A Great Power Enclosed*. Stratfor, Austin, 15 jun. 2008. Disponível em: < http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-china-great-power-enclosed?utm_campaign=link&utm_source=googleplus>. Acesso em: 12 mar. 2017.

GAMACHE, Lauren; HAMMER, Alexander; JONES, Lin. *China's Trade and Investment Relationship with Africa*. United States International Trade Commission (USITC, abr. 2013. Disponível em: < [https://www.usitc.gov/publications/332/2013-04_China-Africa\(GamacherHammerJones\).pdf](https://www.usitc.gov/publications/332/2013-04_China-Africa(GamacherHammerJones).pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

GÓES, Francisco. Empreiteiras competem com chinesas na África. **Valor Econômico**, 23 jun. 2014. Disponível em: < <http://www1.valor.com.br/empresas/3590804/empreiteiras-competem-com-chinesas-na-africa>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

GONÇALVES, William. A presença da China na África. In: JOBIN, Nelson et al. **Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. P. 524-538.

GRONEWALD, Sue. *The Ming Voyages*. Columbia University, 2009. Disponível em: < http://www.afe.columbia.edu/special/china_1000ce_mingvoyages.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

HALPER, Mark. *China grabbing up uranium to secure nuclear lead*. SmartPlanet, 2012. Disponível em: < <http://www.smartplanet.com/blog/intelligent-energy/china-grabbing-up-uranium-to-secure-nuclear-lead/14149>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

HONG-MING, Zhang. A Política Chinesa na África. In: BELLUCCI, Beluce et al. **Abrindo os Olhos para a China**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Cândido Mendes, 2004. p. 233-295.

HORTA, Loro. *Anti-China Sentiment in Africa: Why are They unwelcomed?* Nanyang Technological University, S. Rajaratnam School of International Studies (RSIS), n. 049, 10 mar. 2015. Disponível em: < http://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/rsis/co15049-anti-china-sentiment-in-africa-why-are-they-unwelcomed/#.Vaj6mflhR_8>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Ponte sobre o Atlântico**. Portal de notícias do IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreatlanticopor2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). **Energia Nuclear nos BRICS**. Portal de notícias do IPEN, 02 jul. 2015. Disponível em: <https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=40&campo=3759>. Acesso em: 20 abr. 2017.

JIANHAI, B.; ZWEIG, D. *China's global hunt for energy*. **Foreign affairs**, vol. 84, n. 5, p. 25-38, 2005.

JINCHEN, Tian. *One Belt and One Road: connecting China and the World*. Sítio da McKinsey & Company, jul. 2017. Disponível em:

<<http://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>>. Acesso em: 16 maio 2017.

JINZHANG, Li. **One Belt One Road**. Pronunciamento do Embaixador da RPC no Brasil, na Embaixada da China, Brasília-DF, em 16 maio 2017.

JOHNS HOPKINS SAIS. **China-Africa Trade**. Washington: Johns Hopkins School of Advanced International Studies – China Africa Research Initiative, 2017. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

KAPLINSKY, R; McCORMICK, D; MORRIS, M. **The Impact of China on Sub Saharan Africa**. Sussex: University of Sussex – Institute of Development Studies, 2007. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/files/Wp291.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

KRISTOF, Nicholas D. A Reassessmentt of How Many Died in the Military Crackdown in Beijing. The New York Times. 21 jun. 1989. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1989/06/21/world/a-reassessment-of-how-many-died-in-the-military-crackdown-in-beijing.html>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013. 225p.

LEÃO, Brenda Cardoso S. *et al.* **Relações Brasil-África**: a importância estratégica do Golfo da Guiné, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/relacoes_brasil_africa.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

LI, Nan. **The Evolution of China’s Naval Strategy and Capabilities: From “Near Coast” and “Near Seas” to “Far Seas”**. In: *Asian Security* 5, n. 2, maio, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14799850902886567.journalCode=fasi20>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MATOS, Sérgio R. Reis; SOUZA, Marcelo Bastos de. Cooperação ou Conflito? Prospecções sobre a Geopolítica Brasileira e a Estratégia Chinesa para o Atlântico Sul. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 23-42, jan./jun. 2015.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**: vol. III. São Paulo: FGV, 2011.

MATTOS, Leonardo Farias de. A Inclusão da Antártica no Conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165-191, jan./jun. 2014.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As Novas Relações Sino-Africanas**: desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/loja/download/1076-novas-relacoes-sino-africanas.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MIGON, Eduardo X. Ferreira; SANTOS, Carlos A. Geovanini. *África e Brasil: parceria para o desenvolvimento. Revista Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v.7, n. 28, p.35-46, jan.-abr. 2013. Disponível em: <<http://portal.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/download/243/261>>. Acesso em: 12mar.2017.

MOURA NETO, J. S. Defendendo o Pré-Sal. In: JOBIM, N. A.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. (Orgs.). **Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 449-462, 2010.

NUCLEAR ENERGY AGENCY (NEA). *Uranium 2014: Resources, Production and Demand*. Paris, 2014. Disponível em: <<http://www.oecd-nea.org/ndd/pubs/2014/7209-uranium-2014.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *The Ocean Economy in 2030*. Paris, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/97892644251724-en>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

OLIVEIRA, Henrique A. de; MOURÃO, Fernando Augusto A. **Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.bdpi.usp.br/single.php?id=000728447>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

OLIVEIRA, Amaury P. **A Política Africana da China**. 2007. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/674760.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembléia Geral. Resolução n. 41/11, de 27 de outubro de 1986. Declara uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Nova Iorque, EUA, 1986. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PADILHA, Pedro Augusto C. **Uma Análise Empírica das Exportações Brasileiras no Período de 1996-2012**. Monografia do Curso de Bacharelato de Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.1/1/PACPadilha.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, A. Carlos. **O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 57-81, janeiro-junho de 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2561/1520>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica**. In: X Congresso Internacional Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização, 26 out. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/alves.rtf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, José Manuel Malhão; PING, Jin GUO. **Navegações chinesas no Século XV Realidade e Ficção**. Academia de Marinha Portuguesa. 2006. . Disponível em: < http://chcul.fc.ul.pt/textos/pereira_ping-2006.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2017.

PORTAL BRASIL. **Brasil e Nigéria assinam Acordo de Cooperação em Defesa**. 23 jul. 2010. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/07/brasil-e-nigeria-assinam-acordo-sobre-cooperacao-em-defesa>>. Acesso em: 18 maio 2017.

QI, Xu. *Maritime Geostrategy and the Development of the Chinese Navy in the Early Twenty-First Century*. Tradução de Andrew S. Erickson e Lyle J. Goldstein. Naval War College Review, v. 59, n. 4, p. 47-67, out. 2006. Disponível em: < <https://www.usnwc.edu/getattachment/2e68a7da-601b-4e59-951d-44ef56ecf949/Maritime-Geostrategy-and-the-Development-of-Ch.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **Brasil-África: notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005)**. Revista Afro-Ásia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, n. 35, p. 281-314, 2007. Disponível em: <<http://www.readlyc.org/html/770/77003509/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1961.

SANTOS, J. Eduardo dos. **China em processo de rever o seu “modelo angolano” de relações com África**. Rede Angolana de Jornalismo. Luanda, 2016. Disponível em: <<http://www.redeangolana.info/china-em-processo-de-rever-o-seu-modelo-angolano-de-relacoes-com-africa/>>. Acesso em 22 abr. 2017.

SARAIVA, José Flávio S. **O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias**. Brasília: editora da UNB, 1996.

SARAIVA, José Flávio S; GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul, [ca.2000]**. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf> >. Acesso em: 29 mar. 2017.

SARDENBERG, Ronaldo. **Globalização: visão do Atlântico Sul**. Instituto da Defesa Nacional de Portugal. Revista Nação e Defesa, n. 80. Lisboa: Europress. outubro-dezembro 1996. Disponível em: < <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/resumo/nd/080.pdf> >. Acesso em: 29 mar. 2017.

SCOFIELD, Jefferson Gusmão. **Poder Naval e Diplomacia: a presença da Marinha do Brasil na Namíbia**. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Athos Munhoz M. da. **A Ascensão da China e os seus Impactos para o Leste Asiático**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. *SIPRI Year Book 2015*. Stockholm, 2015. Disponível em: < <https://www.sipri.org/yearbook/2015/10> >. Acesso em: 29 abr. 2017.

SOL, Eduardo. **O Brasil e seu Entorno Estratégico**. Primeiro Encontro Geopolítico Nacional. Palestra proferida na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. 10 maio 2017.

STRATFOR. *China's New Need for a Maritime Focus*. Stratfor, Austin, 30 mar. 2009. Disponível em: < <https://www.stratfor.com/analysis/part-1-china-s-new-need-maritime-focus> >. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. *China Grapples with the Realities of Global Power*. Stratfor, Austin, 28 maio 2015. Disponível em: < <https://www.stratfor.com/analysis/china-grapples-realities-of-global-power> >. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. *Framing China's Future: What China Owes a Bygone Era*. Stratfor, Austin, 19 maio 2016. Disponível em: < <https://www.stratfor.com/analysis/what-china-owes-bygone-era> >. Acesso em: 12 mar. 2017.

SULLIVAN, Alexander; ERICKSON, Andrew. *The Big Story behind China's New Military Strategy*. *The Diplomat*, 05 jun. 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/06/the-big-story-behind-chinas-new-military-strategy/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo; ANSELMO, Rita de Cássia M. de S. **As Expectativas Brasileiras sobre o Atlântico Sul para o Século XXI**: Geopolítica e desenvolvimento tecnológico. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010. Disponível em: < <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2453> >. Acesso em: 31 jan. 2017.

TULL, Denis M. *China's engagement in Africa: scope, significance and consequences*. *Journal of Modern African Studies*, Cambridge, v. 44, n. 3, p. 459-479, 2006.

UN PEACEKEEPING. *Troop and police contributors*. 31 maio 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

VELLOSO, Ludovico A. Cunha. **O Brasil e os Países da Costa Oeste Africana e a Segurança Marítima no Atlântico Sul**: os desafios do Poder Naval Brasileiro para a segurança marítima no Golfo da Guiné: o caso da Nigéria. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2014/Monografia%20CMG%20\(FN\)%20VELLOSO%20%20C-PEM%202014%20%20-%20EGN.pdf](http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2014/Monografia%20CMG%20(FN)%20VELLOSO%20%20C-PEM%202014%20%20-%20EGN.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2017.

YI, H. E. Wang. *The Blue Helmet: Lighting the Beacon of Peace*. Discurso do *Minister of Foreign Affairs of the People's Republic of China on High-Level Meeting on UN Peacekeeping*, 26 set. 2014. Disponível em: <www.magazines.marinelink.com>. Acesso em: 11 abr. 2017.

WENJIE Chen; NORD, Roger. *A Rebalancing Act for China and Africa*. Washington: *International Monetary Fund*, 2017. Disponível em:

<<https://www.imf.org/~media/Files/Publications/DP/2017/44711-afrdp.ashx>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

WORLD POPULATION REVIEW. *Africa Population*. 2017. Disponível em: <www.worldpopulationreview.com/continents/africa-population/>. Acesso em: 28 maio 2017.

WORLD SHIPPING COUNCIL. *About the Industry*. Washington D.C., 2017. Disponível em: <www.worldshipping.org/about-the-industry/global-trade/ports>. Acesso em: 27 maio 2017.

ZHEYU, Wu. *China's International Strategy Review 2016 released at Peking University*. Beijing, 21 out.2016. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2016-10/21/content_27133407.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ANEXO A

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA 2005-2015

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial	
	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %
2005	5.979	24,9	6.659	7,8	12.635	21,1
2006	7.456	24,7	8.111	21,8	15.567	23,2
2007	8.578	15,1	11.347	39,9	19.925	28,0
2008	10.170	18,6	15.761	38,9	25.931	30,1
2009	8.692	-14,5	8.466	-46,3	17.158	-33,8
2010	9.262	6,5	11.297	33,4	20.559	19,8
2011	12.225	32,0	15.436	36,6	27.661	34,5
2012	12.213	-0,1	14.266	-7,6	26.479	-4,3
2013	11.087	-9,2	17.446	22,3	28.533	7,8
2014	9.701	-12,5	17.061	-2,2	26.762	-6,2
2015	8.202	-15,5	8.764	-48,6	16.966	-36,6

Tabela 1- Intercâmbio Comercial Brasil-África 2005-2015.

Fonte: BRASIL, 2016.

Nota: valores em bilhões de dólares norte-americanos.

ANEXO B

**PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA ÁFRICA
SUBSAARIANA 1995-2014**

Anos	Exportações	Export. para a China	Participação da China %	Importações	Import. da China	Participação da China %
1995	43,59	0,44	1,0	46,50	0,91	1,9
1996	54,05	0,41	0,8	53,51	1,25	2,3
1997	54,38	0,45	0,8	64,65	1,95	3,0
1998	45,53	0,32	0,7	61,58	1,96	3,2
1999	57,01	0,65	1,1	55,71	1,90	3,4
2000	82,30	1,63	2,0	66,32	2,47	3,7
2001	73,21	2,13	2,9	71,85	2,99	4,2
2002	71,75	1,82	2,5	75,84	3,64	4,8
2003	90,13	3,05	3,4	95,99	5,49	5,7
2004	86,71	4,29	5,0	107,68	6,89	6,4
2005	99,21	5,74	5,8	126,82	9,67	7,6
2006	177,42	8,23	4,6	170,35	15,68	9,4
2007	232,44	22,99	9,9	227,61	23,09	10,1
2008	246,37	18,88	7,7	248,67	25,63	10,3
2009	223,90	32,86	14,7	230,74	27,54	11,9
2010	309,51	44,07	14,2	276,15	35,20	12,8
2011	411,39	54,44	13,2	327,75	40,49	12,4
2012	410,32	60,50	14,7	313,31	40,46	12,9
2013	361,25	55,41	15,3	347,67	47,78	13,7
2014	342,73	46,02	13,4	321,93	47,80	14,9

Tabela 2- Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana 1995-2014.

Fonte: World Integrated Trade Solutions - WITS
(<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/SSF/Year/2015/TradeFlow/EXPIMP>)
Acesso em: 12 jun. 2017).

Nota: valores em bilhões de dólares norte-americanos.

ANEXO C

PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA ÁFRICA SUBSAARIANA 1990-2014

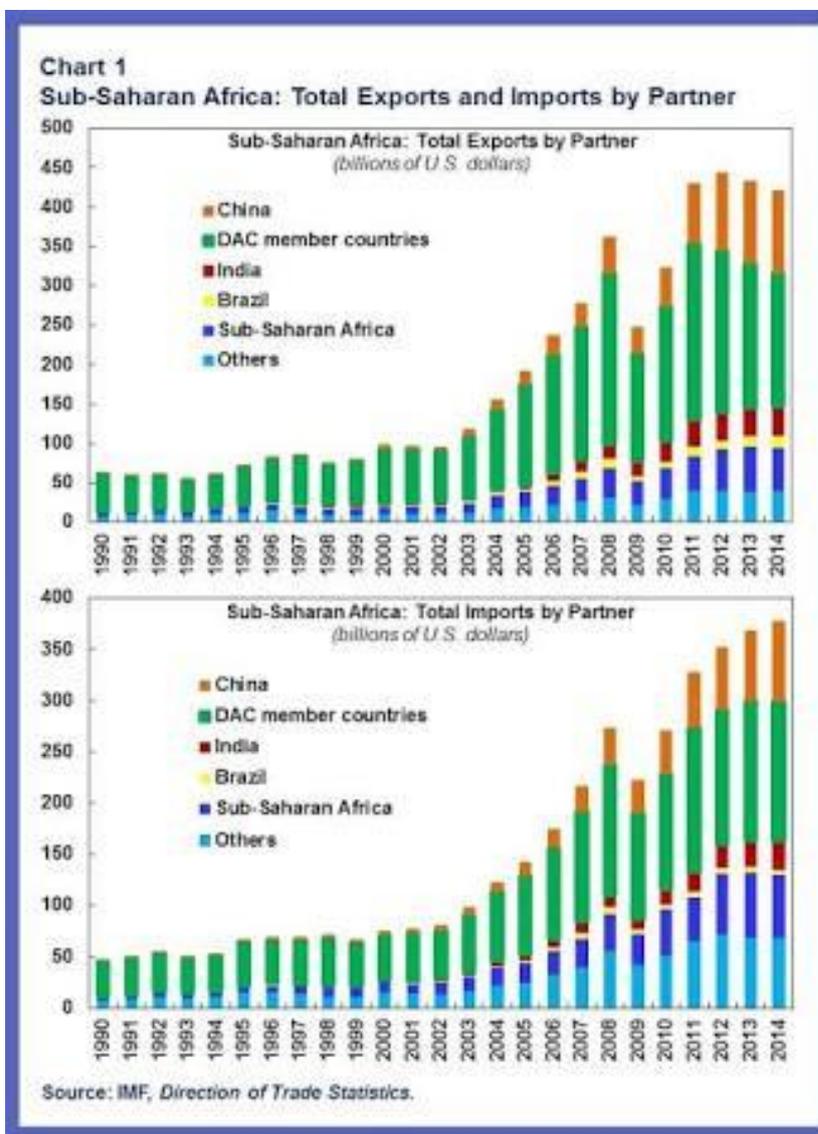


Figura 4- Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana 1990-2014.

Fonte: WENJIE; NORD, 2017.

Nota: valores em bilhões de dólares norte-americanos.

ANEXO D

INTERCÂMBIO COMERCIAL CHINA-ÁFRICA 2005-2014

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial	
	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %
2005	17.930	35,6	20.965	34,7	38.895	35,1
2006	25.780	43,8	28.691	36,9	54.471	40,0
2007	36.145	40,2	36.306	26,5	72.451	33,0
2008	49.341	36,5	55.873	53,9	105.214	45,2
2009	46.101	-6,6	43.250	-22,6	89.351	-15,1
2010	57.874	25,5	66.897	54,7	126.891	42,0
2011	69.809	20,6	92.870	38,8	162.679	28,2
2012	80.342	15,1	112.600	21,2	192.942	18,6
2013	88.624	10,3	116.251	3,2	204.875	6,2
2014	101.699	14,8	114.206	-1,8	215.905	5,4

Tabela 4- Intercâmbio Comercial China-África 2005-2014.

Fonte: JOHNS HOPKINS SAIS, 2017.

Nota: valores em milhões de dólares norte-americanos.

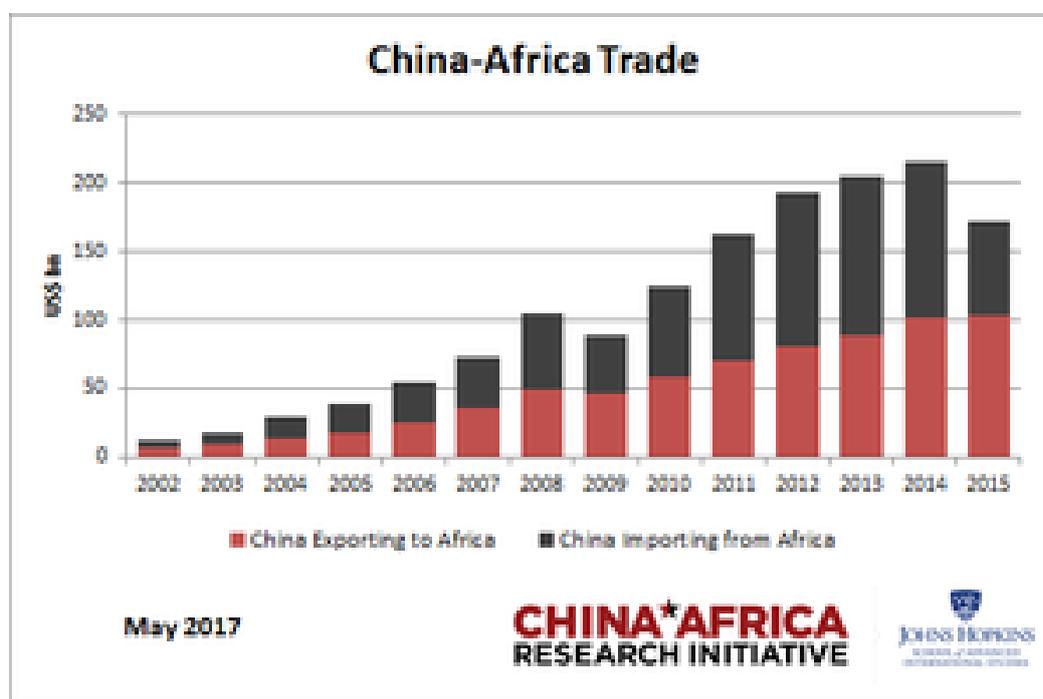


Figura 5- Intercâmbio Comercial China-África 2005-2015.

Fonte: JOHNS HOPKINS SAIS, 2017.

Nota: valores em bilhões de dólares norte-americanos.

ANEXO E

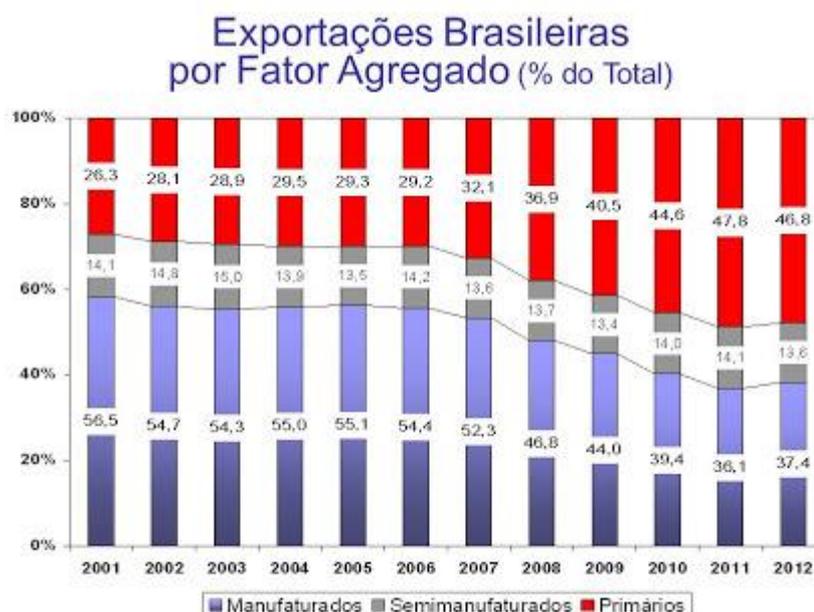
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO 2001-2012

Anos	Primários %	Semimanufaturados %	Manufaturados %
2001	26,3	14,1	58,5
2002	28,1	14,8	54,7
2003	28,9	15,0	54,3
2004	29,5	13,9	55,0
2005	29,3	13,5	55,1
2006	29,2	14,2	54,4
2007	32,1	13,6	52,3
2008	36,9	13,7	46,8
2009	40,5	13,4	44,0
2010	44,6	14,0	39,4
2011	47,8	14,1	36,1
2012	46,8	13,6	37,4

Tabela 5- Exportações brasileiras por fator agregado 2001-2012.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio *apud* PADILHA, 2015.

Nota: Não inclui operações especiais.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Figura 5- Exportações brasileiras por fator agregado 2001-2012.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio *apud* PADILHA, 2015.

Nota: Não inclui operações especiais.